



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus Recife

Departamento de Ambiente Saúde e Segurança

Curso Superior em Tecnologia em Gestão Ambiental

ANA RAQUEL OLIVEIRA FERNANDES

**ANÁLISE SITUACIONAL DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE
HOLANDA CAVALCANTI A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES E
COMUNIDADE**

Recife

2018

ANA RAQUEL OLIVEIRA FERNANDES

**ANÁLISE SITUACIONAL DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE
HOLANDA CAVALCANTI A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES E
COMUNIDADE**

Monografia apresentada ao
Departamento de Ambiente, Saúde e
Segurança do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia de
Pernambuco, como requisito para
obtenção do título de Tecnólogo em
Gestão Ambiental.

Orientador: José Severino Bento

Recife

2018

**ANÁLISE SITUACIONAL DO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE
HOLANDA CAVALCANTI A PARTIR DA PERCEPÇÃO DE GESTORES E
COMUNIDADE**

Prof. Dr. José Severino da Silva Bento (Professor Orientador)

Prof^a. Dra. Marília Regina Costa Castro Lyra (Convidado 1)

Prof^a. Dra. Maria Tereza Duarte Dutra (Convidado 2)

Recife
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco aos professores do curso, que me acrescentaram profissionalmente e pessoalmente, ao Professor José Severino Bento, por sua orientação e tempo dispensado, aos moradores da Vila de Nazaré, por terem tornado possível a realização desta pesquisa, por toda atenção e acolhimento, a Tânia Maria Silva, Agente Comunitário de Saúde pela imensa ajuda, aos meus pais pelo incentivo e apoio, aos colegas de curso, pelo companheirismo, a Verônica Oliveira e Heraldo Oliveira pelo apoio, a equipe Ecotrilhas pelas trilhas realizadas no Parque.

“Envolta num céu de brumas, isolada e esquecida do mundo, Nazaré atravessou o tempo, acalutando fortes ventos marinhos que açoitavam suas encostas em noites de tempestade e acalmando tormentas, testemunho de tantos naufrágios. Muitas foram às batalhas travadas, as invasões sofridas, as destruições e tantas reconstruções ao longo do tempo. Sua luta pela sobrevivência parece não ter fim, sempre presa às lembranças do passado e aberta aos desafios do presente”.

Antônio Fernando Viana

RESUMO

Estudos de percepção ambiental estão sendo utilizados para conhecer a relação da população com as áreas protegidas, visando à conservação da natureza a partir deste conhecimento, intercedendo na resolução de conflitos e auxiliando no manejo dessas áreas. Para contribuir nestes aspectos, o presente estudo foi realizado na comunidade da Vila de Nazaré, localizada no interior do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti no município do Cabo de Santo Agostinho, litoral Pernambucano e também com os Gestores da área protegida. A pesquisa teve como objetivo conhecer a percepção ambiental dos moradores e dos membros do conselho gestor do Parque Metropolitano. Foram realizados levantamentos bibliográficos em órgãos públicos, bibliotecas e consultados sítios da internet para subsidiar o desenvolvimento da pesquisa. A metodologia utilizada para a coleta de informações foi a realização de entrevistas com roteiro semi-estruturado, com questões abertas e fechadas, aplicadas a moradores da Vila e aos Gestores do Parque. A análise dos dados revelaram vários problemas entre a Gestão do Parque e os moradores da Vila de Nazaré. O principal problema foi a ausência de comunicação entre a Gestão e a comunidade e a ausência do poder público na fiscalização e monitoramento do local. A partir das informações obtidas junto aos moradores e verificação *in loco* constatou-se que o processo de degradação da área do Parque é antrópico, causado principalmente pela especulação imobiliária. Veranistas e especuladores estão construindo dentro da área do Parque de forma irregular, abrindo estradas e comprometendo a qualidade de vida da população local. Dessa maneira, fica evidente a necessidade de aproximação da Gestão com a população, realização de administração compartilhada com os moradores e execução do plano de gestão considerando a realidade do lugar, envolvendo os comunitários para que se tornem agentes socioambientais no processo de conservação do Parque.

Palavras-Chave: Área Protegida. Cabo de Santo Agostinho. Comunidade tradicional.

ABSTRACT

Studies of environmental perception are being utilized to get to know the relationship of the population with the protected areas, aiming at the environmental conservation through the use of this knowledge, interceding in the resolution of conflicts and helping in the management of these areas. In order to contribute to these aspects, the following study was conducted in the community Vila de Nazaré, located inside the Armando Holanda Cavalcanti Metropolitan Park in Cabo de Santo Agostinho, at the coast of Pernambuco, and also with the managers of the protected area. The goal of the survey was to get to know the environmental perception of the inhabitants and members of the management council of the Metropolitan Park. Bibliographic research was conducted in public institutions and libraries, and websites were consulted in order to assist with the development of the survey. Collecting the data was accomplished through the use of interviews with a semi-structured script, with both open and closed questions applied to the inhabitants of the Vila and managers of the Park. The analysis of the data showed several problems between the Park's management and the inhabitants of Vila de Nazaré. The main problem was the absence of communication between the management and the community and the absence of the public power in the inspection and monitoring of the area. The findings obtained with the inhabitants, along with a verification *in loco*, led to the conclusion that the process of degradation of the Park's area is anthropic, caused mainly by real estate speculation. Summer vacationers and speculators are building inside the area of the Park in an irregular manner, opening roads and jeopardizing the quality of life of the local population. Thus, the necessity of approaching the management with the population becomes evident, as well as the need for shared administration with the inhabitants and the execution of the management plan considering the reality of the area and the involvement of the people in the community in order to turn them into socio-environmental agents in the process of conservation of the Park.

Key Words: Protected Area. Cabo de Santo Agostinho. Traditional community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Mapa de localização do município na Região Metropolitana	17
Figura 02 – Divisão Político Administrativa do Cabo de Santo Agostinho.....	18
Figura 03 – Localização de Parques Metropolitanos em Pernambuco	20
Figura 04 – Cabo de Santo Agostinho e baía de Suape.....	21
Figura 05 – Localização da Vila de Nazaré no interior do PMAHC.....	22
Figura 06 – Vista aérea da Vila de Nazaré	23
Figura 07 – Farol de Nazaré (7. A Farol Velho e 7. B Farol Novo)	24
Figura 08 – Ruínas da casa do Faroleiro.....	24
Figura 09 – Vista aérea da Igreja Nossa Senhora de Nazaré	25
Figura 10 – Ruínas do Convento Carmelita	25
Figura 11 – Escola Municipal Vicent Yañez Pinzon.....	26
Figura 12 – Fachada do Museu do Pescador	26
Figura 13 – Ruínas da Capela Velha	27
Figura 14 – Percentual de empregados, desempregados e aposentados entre os moradores entrevistados.....	34
Figura 15 – Escolaridade dos trabalhadores informais que residem na Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho	34
Figura 16 – Significado de Meio Ambiente para moradores da Vila	36
Figura 17 – Significado de Meio Ambiente para gestores do Parque.....	36
Figura 18 – A criação do Parque trouxe algo negativo para a Vila na visão dos moradores	40
Figura 19 – Construções irregulares no percurso da trilha na área interna do Parque	44
Figura 20 – Construção irregular, casa duplex, no interior do Parque dentro dos limites da área florestada.....	44
Figura 21 – Registro de cercamento como medida de conservação.....	45
Figura 22 – Utilização dos recursos naturais disponíveis no Parque	46
Figura 23 – Problemas socioambientais encontrados na Vila, segundo visão dos moradores.....	48
Figura 24 – Caçamba estacionária para coleta de lixo	48

Figura 25 – Área em processo de erosão nas proximidades do Farol de Nazaré	49
Figura 26 – Área de mangueiras (<i>Mangifera indica</i>) mortas, atacadas pela doença conhecida como Mal – do – Recife	50
Figura 27 – Problemas socioambientais do PMAHC relatados pela gestão.....	52
Figura 28 – A importância do Parque para os moradores	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Zoneamento geopolítico do município do Cabo de Santo Agostinho.....	18
Quadro 2 – Faixa Etária dos moradores entrevistados	33
Quadro 3 – Tempo de participação no Conselho Gestor – PMAHC	35

LISTA DE SIGLAS

APA₁ – Área Politico Administrativa

APA₂ – Área de Proteção Ambiental

CPRH – Agência Estadual do Meio Ambiente

CIPS – Complexo Industrial e Portuário de Suape

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social

ESF – Estratégia de Saúde da Família

FIDEM – Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco

FUNCEF – Fundação dos Economistas Federais

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

MMA – Ministério do Meio Ambiente

NAD – Núcleo de Administração

PA – Percepção Ambiental

PDI – Plano de Desenvolvimento Integrado

PMAHC – Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

PMCSA – Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho

PPSH – Plano de Preservação de Sítios Históricos da RMR

RMR – Região Metropolitana do Recife

SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	OBJETIVOS	16
2.1	Objetivo Geral	16
2.2	Objetivo Específico	16
3	REFERENCIAL TEÓRICO	17
3.1	Caracterização do Município	17
3.2	Cabo de Santo Agostinho	18
3.3	Parques Metropolitanos em Pernambuco	19
3.4	Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti	21
3.5	Vila de Nazaré	23
3.5.1	<i>Principais Edificações da Vila de Nazaré.....</i>	<i>23</i>
3.6	Conselho Gestor do Parque	27
3.7	Percepção Ambiental	28
4	METODOLOGIA	31
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
5.1	Perfil dos Entrevistados.....	33
5.1.1	<i>Perfil Socioeconomico dos Moradores da Vila.....</i>	<i>33</i>
5.1.2	<i>Perfil dos Gestores</i>	<i>35</i>
5.2	Análise da Percepção Ambiental	36
5.2.1	<i>Meio Ambiente</i>	<i>36</i>
5.2.2	<i>Vila de Nazaré – Um Reflexo</i>	<i>37</i>
5.2.3	<i>O Parque: Pontos Positivos e Negativos</i>	<i>38</i>
5.2.4	<i>Especulação Imobiliária</i>	<i>43</i>
5.2.5	<i>A Utilização de Recursos</i>	<i>46</i>
5.2.6	<i>Problemas Socioambientais na Vila</i>	<i>48</i>
5.2.7	<i>Problemas Socioambientais no Parque</i>	<i>51</i>
5.2.8	<i>A Importância do Parque na Visão dos Moradores</i>	<i>52</i>
5.2.9	<i>Interlocução com a Gestão</i>	<i>54</i>
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
	REFERÊNCIAS	59
	APÊNDICE A	63

APÊNDICE B	65
APÊNDICE C	67
APÊNDICE D	68
ANEXO A	69
ANEXO B.....	71

1 INTRODUÇÃO

A criação de áreas protegidas ocorre quando há uma demanda da sociedade para proteção de áreas de importância biológica, histórica, cultural ou de grande beleza cênica, ou ainda para assegurar o uso sustentável dos recursos naturais pelas populações tradicionais. Para tanto, deve-se considerar a realidade da população local, visto que a área exerce influência direta no contexto econômico e socioambiental destas comunidades (BRASIL, 2015). Porém, nessas áreas, geralmente ocorrem disputas territoriais devido aos conflitos de interesses gerados por aspectos econômicos, culturais e históricos decorrentes de sua ocupação (GONÇALVES; HOEFFEL, 2012).

No Brasil a criação de áreas protegidas foi, desde sempre, uma preocupação com a conservação da natureza e a preservação da biodiversidade e por décadas a população local foi excluída do processo de criação e gestão destes espaços protegidos. As áreas protegidas brasileiras eram criadas para o bem estar das cidades, preservando áreas verdes, mananciais hídricos, sítios arqueológicos e ou beleza cênica. Locais criados para o usufruto da população urbana, onde estes poderiam conhecer a natureza “primitiva”, resgatar suas histórias, relaxar e recarregar suas energias em um ambiente saudável, bonito e tranquilo (Bensusan, 2006).

Em Pernambuco existem áreas protegidas de diferentes categorias, porém, com predomínio absoluto das unidades de conservação. Atualmente são 81 unidades de conservação distribuídas em todo o estado. São áreas de domínio público e/ou privado com objetivo de conservação da natureza e seu patrimônio. Na região Metropolitana do Recife são 34 unidades de conservação, um Jardim Botânico e um Parque Metropolitano (CPRH, 2015).

O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – PMAHC, localizado no município do Cabo de Santo Agostinho – PE, na microrregião de Suape, foi criado em 1979 (PERNAMBUCO, 2013) com o objetivo de preservar o sítio histórico da Vila de Nazaré e como medida mitigadora aos impactos do Projeto Suape sobre o patrimônio ecológico e histórico (ROCHA, 2000). O Parque é uma das maiores áreas protegidas do município, porém encontra-se atualmente em situação de intenso processo de degradação ambiental, sofrendo desmatamentos

constantes, construções de residências, bares e restaurantes no seu entorno e em seu interior.

Atualmente o Parque Metropolitano é gerido pela Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF. Possui um Núcleo de Administração e um Conselho Gestor de caráter deliberativo em que há representantes da comunidade e de órgãos públicos com atuação na área ambiental.

No interior do PMAHC encontra-se a Vila de Nazaré, uma das mais antigas do estado de Pernambuco, tendo seus primeiros registros datados do início do século XVI (PERNAMBUCO, 2005). A Vila possui 44 residências ocupadas em sua maioria por nativos, e diversas edificações históricas. No passado, as principais atividades dos residentes eram a pesca de subsistência, usada para alimentação da família e a comercialização e coleta de frutas no Parque para fabricação de licores e doces para consumo e venda. A Vila de Nazaré fica localizada entre duas grandes comunidades urbanas nas praias de Gaibu e Suape.

Para conhecer as relações entre a comunidade, a Gestão e o Parque a pesquisa se utilizou o instrumento da percepção ambiental, na perspectiva de Fontana (2004) a qual permite investigar quais os desejos, expectativas e significados que populações que habitam o interior ou nas proximidades de áreas protegidas possuem em relação ao local, e também identificar as possíveis interferências no ambiente.

O presente estudo objetiva conhecer a percepção ambiental dos moradores e dos membros do conselho gestor do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – PMAHC e assim verificar as relações existentes entre as pessoas envolvidas e a área protegida.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

- Conhecer a percepção ambiental dos moradores e dos membros do conselho gestor do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – PMAHC.

2.2 Objetivos Específicos

- Apresentar o perfil dos moradores da Vila de Nazaré e dos membros do conselho gestor.
- Levantar as ações desenvolvidas pela Gestão do PMAHC na Vila de Nazaré.
- Conhecer a situação atual do PMAHC a partir da percepção dos atores envolvidos.

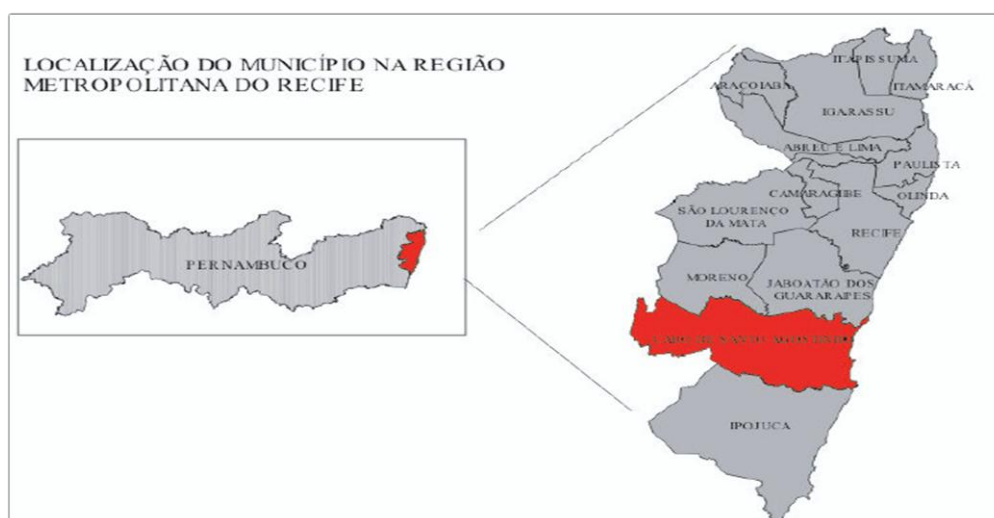
3 REFERÊNCIAL TEÓRICO

3.1 Caracterização do Município

O Cabo de Santo Agostinho está situado na parcela Sul da Região Metropolitana do Recife – RMR, representada pela microrregião de Suape, distando 33,6 km do centro da capital estadual (Marco Zero do Recife). Suas coordenadas geográficas são: latitude 07°17' 15" e longitude 35 graus 02 min. 00 seg. O Cabo limita-se ao norte com Moreno e Jaboatão dos Guararapes, ao sul com Ipojuca e Escada, a leste com o Oceano Atlântico, e a oeste com Vitória de Santo Antão. É o segundo maior município em extensão territorial da RMR e o quinto maior em população, representado por uma população estimada de 204.653 habitantes, de acordo com a contagem populacional do IBGE do ano de 2017, distribuída numa área de 448,735 km² (IBGE, 2018).

O estudo intitulado MetrÓpole Estratégica, 2005, aponta a Vila de Nazaré como uma das primeiras de Pernambuco. “Em elevações contíguas a sítios estuarinos, colinas estrategicamente escolhidas para o domínio da paisagem e do ilimitado território, se assentaram as primeiras vilas e povoações desse trecho do litoral brasileiro: a Vila de Santa Cruz; a Vila de Nossa Senhora da Conceição, a Villa d’Olinda e a fortaleza de Nazaré. Sendo esses os primeiros marcos da colonização, do povoamento e da defesa do litoral” (PERNAMBUCO, 2005).

Figura 1 – Mapa de localização do município na Região Metropolitana



Fonte: BRASIL (2010)

3.2 O Município do Cabo de Santo Agostinho

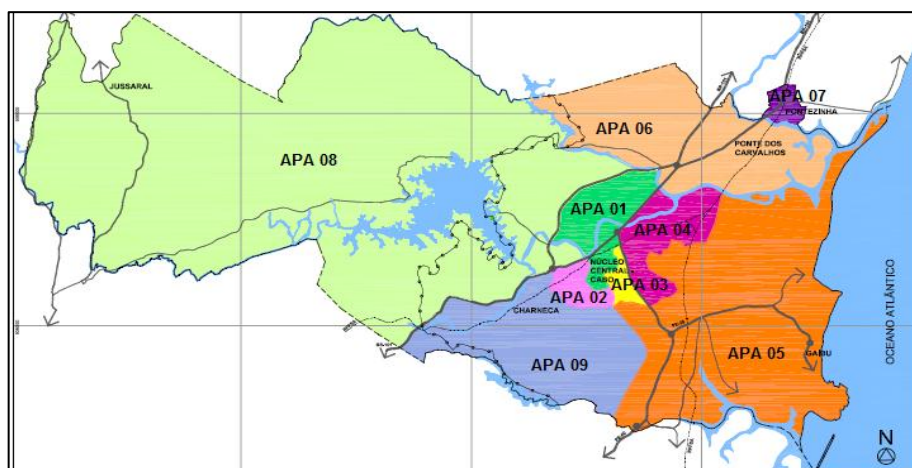
O início da colonização na atual região do município do Cabo de Santo Agostinho data de 1536, com o donatário Duarte Coelho. (IBGE, 2018) A partir de 1570, o Cabo de Santo Agostinho teve sua economia centrada no desenvolvimento da monocultura canavieira e, mais tarde, passa a compor o poderio econômico da Província de Pernambuco, época em que a cana-de-açúcar representa a força de crescimento do Brasil colonial (CABO, 2015). Em 1933, a área do município é dividida em 4 zonas composta pela cidade do Cabo e três distritos: Jussaral, Ponte do Carvalhos e Nazaré (IBGE, 2018). Em uma nova divisão territorial realizada em junho de 1997, a cidade recebe o nome de Cabo de Santo Agostinho (IBGE, 2018). Atualmente a divisão político – administrativa do Município incorpora a delimitação, de acordo com a Lei n: 177/97, que define 09 (nove) Áreas Político – Administrativas – APA₁ (Quadro 1) e (Figura 2).

Quadro 1 – Zoneamento geopolítico do município do Cabo de Santo Agostinho

APA₁ – 01	Sede	APA₁ – 06	Ponte dos Carvalhos
APA₁ – 02	São Francisco	APA₁ – 07	Pontezinha
APA₁ – 03	Vila da COHAB	APA₁ – 08	Jussaral
APA₁ – 04	Vilas do Cabo	APA₁ – 09	Charneca
APA₁ – 05	Praias		

Fonte: Cabo (2001). Adaptado

Figura 2 - Divisão Político Administrativa do Cabo de Santo Agostinho



Fonte: Plano Diretor Cabo de Santo Agostinho (2006)

No século XX, o município do Cabo de Santo Agostinho consolidou sua vocação industrial com a implantação do cotonifício José Rufino e da Destilaria Presidente Vargas. Esse fato é reforçado pela implantação do primeiro distrito industrial de Pernambuco, em 1961. Esses elementos contribuíram para a acelerada expansão urbana, e construção das primeiras vilas operárias (CPRH, 2015).

Com essa situação, relaciona-se a implantação estratégica e geográfica do Porto de Suape, localizado em uma região de águas profundas, de rota marítima de navegação e tendo o Cabo de Santo Agostinho a vocação industrial já consolidada. Então a movimentação portuária cresce e consolida Suape como um porto concentrador e distribuidor de cargas e a sua concepção de porto-indústria oferece condições para a instalação de empresas nos mais diversificados setores. (SUAPE, 2016)

3.3 Parques Metropolitanos em Pernambuco

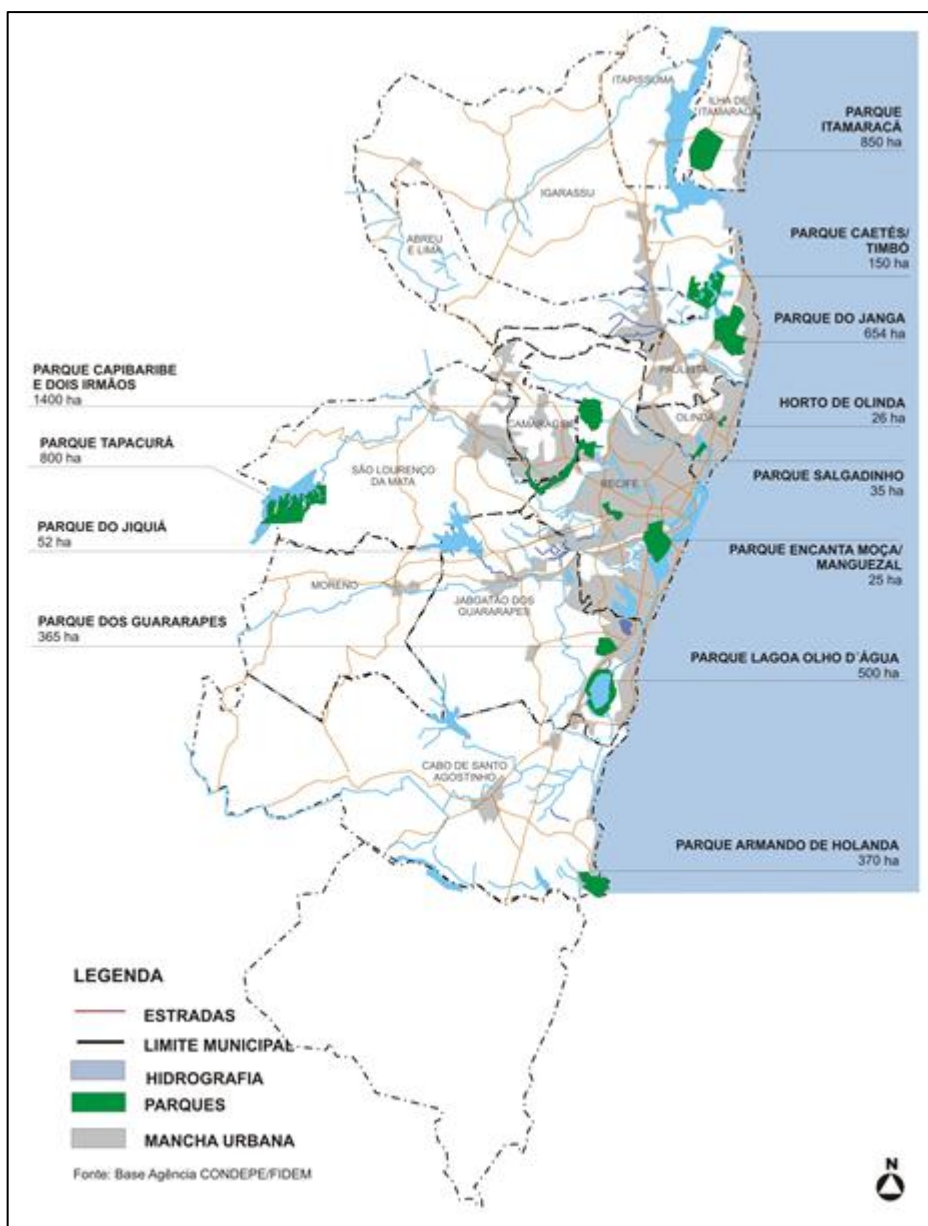
No último quartel do século XX, precisamente em 1976, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife – FIDEM elaborou o *Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Recife – PDI/RMR*. Este documento constitui o primeiro referencial do macro planejamento para a região e trazia um diagnóstico da situação físico-territorial e socioeconômica da região, estratégias para o seu desenvolvimento e abordava questões pertinentes aos Parques Metropolitanos, indicando a necessidade de proteger os bens culturais (PERNAMBUCO, 2002).

Em 1978 foi elaborado o *Plano de Preservação de Sítios Históricos da RMR – PPSH/RMR*, que introduz a questão da proteção ao ambiente, inclusive de sítios históricos. Também representa o primeiro movimento na Região Metropolitana do Recife - RMR no sentido de estabelecer novas categorias ao patrimônio edificado, contribuindo, igualmente, para a proteção do patrimônio ambiental.

Na Década de 80 a FIDEM elaborou o Plano Diretor do Sistema de Parques Metropolitanos, que apontava áreas da RMR, com condições de receber parques metropolitanos (Figura 3) e, dentre estas áreas está o Cabo de Santo Agostinho.

O Plano foi elaborado para espaços ainda livres de ocupação e com objetivo de ofertar lazer a população e promover a preservação de territórios com características ambientais relevantes.

Figura 3 – Localização de Parques Metropolitanos em Pernambuco



Fonte: CAVALCANTI (2005). (Adaptado)

Ainda na mesma década foi elaborado um Plano Diretor para Preservação, Valorização e Reativação da Área do Cabo de Santo Agostinho, que visava reativação econômica, revitalização social e a preservação do patrimônio cultural da referida cidade, englobando o patrimônio tombado na área do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – PMAHC (Figura 4) (MELLO, 1981).

Os Parques Metropolitanos surgiram com o objetivo de “dotar o espaço físico-territorial da Região Metropolitana de equipamentos públicos de lazer que contribuem para otimização do seu ordenamento e uso, assim como para a

preservação dos seus recursos naturais, históricos e culturais” (PERNAMBUCO, 1987).

Figura 4 – Cabo de St. Agostinho e baía de Suape, após a implantação do Porto, com demarcação das poligonais do PMAHC e do Sítio Histórico de St. Agostinho e Baía da Suape



Fonte: Barreto (2007) *Apud* BRASIL (2010)

3.4 Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

De acordo com o Plano de Ação para Cidades Históricas, a criação do PMAHC aconteceu em três etapas. No ano de 1975, o Governo do Estado de Pernambuco conclui o Plano Diretor para a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, sem maiores preocupações com sua integração ao ambiente natural e elementos culturais. Entre 1973 e 1977 foram desapropriados cerca de 13.500 hectares de terras para a realização das obras de implantação do Complexo e foi criada a empresa SUAPE Complexo Industrial Portuário (BRASIL, 2010).

Em virtude das discussões geradas sobre a preservação do conteúdo histórico e paisagístico desta área do litoral pernambucano, o Estado passou a desenvolver ações ajustando o projeto aos ideais de preservação do local e em 1979, desapropriou uma área de 270 ha no Cabo de Santo Agostinho para a implantação de um parque. Neste mesmo ano o Parque Metropolitano de Santo Agostinho foi criado pelo Governo do Estado, Decreto Nº. 5.554 de 06 de fevereiro

de 1979, e posteriormente renomeado para Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – PMAHC, em maio do mesmo ano (BRASIL, 2010).

O Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti está localizado na Área Político-Administrativa – 05 do Cabo de Santo Agostinho – PE e possui área total de 270 hectares (Figura 5). Destacam-se nesta área as praias de Calhetas, Cabo de Santo Agostinho e Paraíso, os mirantes naturais e todo o Patrimônio do Sítio Histórico existente no local, como a Vila de Nazaré; a Igreja Nossa Senhora de Nazaré e as ruínas do Convento Carmelita; a Capela velha; o Forte Castelo do Mar, o Quartel do Forte e as Baterias de São Jorge I e II; o Forte de São Francisco Xavier e as Baterias de Calhetas; e a antiga Casa do Faroleiro (PERNAMBUCO, 2000).

O Parque foi eleito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como equipamento importante para o município do Cabo de Santo Agostinho, por conta do conjunto de bens tombados e por sua importância arqueológica, histórico-cultural e natural. O PMAHC está em processo de tombamento federal pelo IPHAN, e já é tombado pelo Governo do Estado através do Decreto nº 17.070 de 16 de novembro de 1993 como “Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho e Baía de Suape” (PERNAMBUCO, 2000).

Figura 5 - Localização da Vila de Nazaré no interior do PMAHC



Fonte: Wikimapia (2015)

3.5 Vila de Nazaré

Localizada no interior do PMAHC, no ponto mais alto de Cabo de Santo Agostinho, situada entre as comunidades de Gaibu e Suape. Dentro dos limites da Vila de Nazaré (Figura 6) estão patrimônios arquitetônicos como o Farol de Nazaré (1), a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré (2), as ruínas do antigo Convento Carmelita (3), o Cemitério da Vila (4) e as ruínas da capela velha (8) e edificações de uso público como a Escola Municipal Vicente Yañez Pizón (5), a Biblioteca pública (6) e o Núcleo administrativo do Parque (7). A Vila tem como principal atrativo a Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, construída pelos portugueses no século XVI, reformada e ampliada em 1679 e 1872, assumindo o formato atual. Ao lado da igreja estão as ruínas do antigo Convento Carmelita (CABO, 2001).

Figura 6 – Vista aérea da Vila de Nazaré, com localização dos patrimônios arquitetônicos e edificações de uso público.



Fonte: Wikimapia (2015)

3.5.1 Principais Edificações da Vila

O **Farol Velho** (Figura 7.A), como é popularmente conhecido, foi construído em 1883 com cilindro metálico proveniente da França, movido a querosene e formato tripé, foi desativado em 1937 (VIANA, 2003). E atualmente, mais conhecido como **Farol Novo** (Figura 7.B), o que se encontra em atividade e foi construído mais próximo da Vila de Nazaré.

Figura 07 - Farol Velho / 7.A

Fonte: Cabo (2015)

Figura 07 - Farol Novo de Nazaré/ 7.B

A **antiga casa do faroleiro** (Figura 8), foi inaugurada em 1884, servia de residência e de depósito de material, foi desativada por volta de 1935 e atualmente só restam as ruínas da Antiga Casa (VIANA, 2003).

Figura 8 - Ruínas da antiga casa do Faroleiro

Fonte: A autora (2016).

A **Igreja Nossa Senhora de Nazaré** tem registro da primeira edificação no século XVI sob forma de uma ermida construída com pedras e óleo de baleia (VIANA, 2003) . A igreja servia de referência para navegadores, já que foi construída no ponto mais alto do Cabo de Santo Agostinho (Figura 9). A referência mais antiga ao seu respeito encontra-se em um livro de pilotagem de um navegador português, escrito em 1597(FUNDARPE, 2016).

Figura 9 - Vista aérea da Igreja Nossa Senhora de Nazaré



Fonte: Cabo (2015)

A construção do Convento Carmelita foi iniciada em 1692 e concluída em 1731. Pouco tempo depois de sua fundação o Convento foi desligado da província de Pernambuco, passando a ser subordinado a província carmelitana da Bahia, por razões eclesiásticas. Essas circunstâncias dificultaram a manutenção de religiosos no local, como também a questão de que o convento não tinha recursos, então o local foi aos poucos se deteriorando e hoje se encontram as ruínas do convento (Figura 10). Após um tempo passou por intervenção de restauro para recomposição e estabilização das ruínas. (FUNDARPE, 2016)

Figura 10 – Ruínas do Convento Carmelita



Fonte: A autora (2016).

A Escola Municipal Vicent Yañez Pinzon é A única escola na Vila de Nazaré. Possui o ensino fundamental I (primeiro e segundo ciclo) e funciona nos turnos da manhã e tarde.

Figura 11 – Escola Municipal Vicent Yañez Pinzon



Fonte: Wikimapia (2015).

O **museu do Pescador** foi inaugurado em 29 de junho de 2003, com a proposta de criar um espaço de referência histórica e cultural sobre a atividade da pesca artesanal na região. Parte do acervo é composta por doações feitas por pescadores. O Museu (Figura 12) possui acervo de fotografias, painéis com receitas da culinária litorânea e acessórios de pesca artesanal. A casa em que está instalado o Museu é de 1938 (FUNDAJ, 2016).

Figura 12 – Fachada do Museu do Pescador



Fonte: A autora (2016).

A capela Nossa Senhora da Conceição, mais conhecida como **Capela Velha** (Figura 13), encontra-se na entrada da Vila de Nazaré, a construção foi realizada no

final do século XVIII (VIANA, 2003). As ruínas da capela passam por processo de destruição e abandono, seu telhado e paredes ruíram, espalhando-se pelo local as inúmeras pedras da cantaria e alvenaria.

Figura 13 – Ruínas da Capela Velha



Fonte: A autora (2016)

3.6 Conselho Gestor do PMAHC

Formado em 2006, o conselho foi criado a partir de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, proposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, após diversas denúncias de ocorrências de desmatamento e queimadas no Parque. O termo tem como objeto por em prática o modelo e a estrutura de Gestão do Parque, com definição das ações necessárias a sua restauração, conservação e manutenção.

Conforme o TAC, o conselho é composto por representantes das seguintes instituições: Fundação dos Economizários Federais – Funcef; Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa – Fidem; Agência Estadual do Meio Ambiente – CPRH; Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, Complexo Industrial Portuário de Suape – CIPS, Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho - PMCSA e representante da comunidade. Sendo assim, o conselho é composto por sete membros titulares e sete suplentes e cada órgão possui função específica conforme o TAC.

Ainda no ano de 2006, por proposta do TAC, a FUNCEF instalou o Núcleo Administrativo (NAD) do Parque na Vila de Nazaré e na Vila de Suape visando

melhor gestão da área. O NAD tem como atribuições promover a convocação das reuniões, organizar a Ordem do Dia, secretariar e assessorar as reuniões do conselho, coordenar a realização das reuniões públicas, assinar as proposições do conselho encaminhado - as para os devidos fins e gerenciar as atividades de rotinas relativas à vigilância patrimonial, que tem por objetivo proteção aos monumentos históricos, à vegetação do Parque e orientação aos moradores e visitantes.

3.7 Percepção Ambiental

De acordo com Coimbra (2004) “a percepção é um substantivo que se aplica ao ato, ao processo de perceber, assim como ao resultado dessas ações. Perceber vem do latim *percípere*, sendo *per*= bem, com intensidade + *cápere*= apanhar, pegar, captar. Neste sentido, perceber um fato, um fenômeno ou uma realidade significa *captá-los* bem, dar-se conta deles com alguma profundidade, não apenas superficialmente”.

Segundo Chauí *apud* Zimmermann (2001), perceber é diferente de pensar. A percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem pelo nosso corpo sobre as coisas, é a relação entre ela e nós, e entre nós e elas; uma relação possível porque elas são corpos e nós também somos corporais.

Enquanto Del Rio; Oliveira (1999) afirmam que a percepção versa sobre trocas funcionais do indivíduo com o meio exterior, e possui dois aspectos: cognitivo e o afetivo, o primeiro ocorre paralelamente, quando o indivíduo conhece o mundo exterior e começa a ter sentimentos em relação a ele e o segundo é a “energia” do sistema. A percepção é o primeiro passo no processo de conhecimento. Dela dependem aspectos teóricos e aplicações práticas (COIMBRA, 2004). Sendo assim, a percepção ambiental, deverá ser trabalhada nas esferas específicas do indivíduo, da comunidade, da profissão e da cidadania (COIMBRA, 2004).

O estudo das percepções ambientais é de extrema importância para a eficácia da Gestão Ambiental, pois é através delas que se obtém o significado do ambiente na visão das comunidades envolvidas (GONÇALVES; HOEFFEL, 2012).

Segundo Tuan (1980) “a percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital”, em que acontecimentos podem ser registrados ou bloqueados.

Com relação à conceituação acerca da Percepção ambiental, Pilotto (1997), define:

Percepção ambiental é, pois, a experiência sensitiva mais direta e imediata do meio ambiente, e, ainda que afetada pela memória e cognição, é muito independente. A percepção sempre se relaciona com a ação, pelo que tem de envolvente, participativa e relacionada com a motivação e o significado.

O meio ambiente é percebido pelos indivíduos de forma múltipla e diferenciada (GEERDINK; NEIMAN, 2010). Isto porque a percepção ambiental é condicionada por fatores pertencentes ao próprio indivíduo; fatores educacionais e culturais, que condicionam sua sensibilidade e atitude e fatores emotivos, afetivos e sensitivos, derivados das relações obtidas com o ambiente (FERREIRA; COUTINHO, 2000).

Cada indivíduo interpreta o meio ambiente de acordo com o seu próprio olhar, suas experiências e expectativas. Ao considerar os níveis de percepção ambiental verifica-se que os grupos humanos possuem bagagens experienciais distintas devido a elementos como cultura, faixa etária, gênero, nível socioeconômico, entre outros, que revelam percepções sob diversas formas. (GONÇALVES; HOEFFLEL, 2012).

A criação do SNUC trouxe a percepção de que a gestão de áreas protegidas deve ser executada de forma participativa e a educação ambiental tem importante papel, pois garante o envolvimento das comunidades do interior e do entorno dessas áreas, buscando uma situação em que a sustentabilidade das condições gerais de vida desses grupos auxilie na preservação e conservação, atenuando as pressões sobre o patrimônio natural. (Loureiro *et al*, 2003). Segundo Pilotto (1997), as pessoas participam no meio, e não só o observam. O meio não é algo que está "aí fora" para ser percebido ou conhecido, e sim é algo que faz parte das pessoas. As pessoas e o seu meio estão num constante, ativo, sistemático e dinâmico intercâmbio. Rinnert (2001) afirma que lugar não é alguma coisa fora do homem, é algo que lhe pertence e que não pode ser separado. Em qualquer momento, trata-se de pessoas no meio, nunca de pessoas e meio (RAPOPORT; WATSON, *apud* PILLOTO, 1997). Porém, em algumas situações verifica-se que populações veem uma divisão, uma barreira entre pessoa e ambiente.

De acordo com Palma (2005) o que determina a percepção é o significado pessoal atribuído, resultante dos paradigmas e dos conhecimentos de cada um. Já Santos (2016), destaca a importância da escola no processo de educação ambiental e, conseqüentemente, maior senso crítico a respeito da realidade vivida.

É a partir destes conceitos apresentados anteriormente que podemos conhecer e analisar percepções identificadas no presente trabalho, que nos ajudem a compreender as relações entre o ser humano e o meio ambiente.

Para o contexto deste trabalho, o estudo da percepção ambiental foi essencial para entender como os moradores do interior de uma área protegida, o Parque Metropolitano, percebem a importância da preservação e conservação do local em que residem, a interação e relações existentes com os comunitários no Ambiente. A Vila de Nazaré é uma das mais antigas do estado e algumas famílias já estão lá há gerações, o que faz com que tenham uma percepção de afeto e saudosismo ao Parque. Já os Gestores percebem que devem buscar formas de como administrar uma área protegida com população residente, que passa por diversos problemas socioambientais.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada com moradores da Vila Nossa Senhora de Nazaré, Conselho Gestor e Gestão Administrativa do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – PMAHC na cidade do Cabo de Santo Agostinho.

Os procedimentos metodológicos que orientaram a elaboração do presente trabalho envolveram levantamento bibliográfico e coleta de dados, com a realização de pesquisa quali-quantitativa realizada através de entrevistas elaboradas com base em um roteiro semiestruturado. O instrumento de coleta foi elaborado de forma que possibilitasse a análise da percepção ambiental dos entrevistados.

Para determinação do tamanho da amostra da entrevista dos residentes da Vila de Nazaré foi utilizado o critério censitário, em que todas as moradias foram visitadas, entrevistando uma pessoa por residência. Porém não houve adesão de alguns residentes.

A entrevista para moradores da Vila de Nazaré foi elaborada com 17 (dezessete) questões ordenadas em sequência lógica, objetivando inicialmente caracterizar o perfil socioeconômico do entrevistado, em que foram apresentadas questões sobre, escolaridade, emprego, renda, estado civil, sexo e naturalidade. Para conhecer a percepção ambiental, foram utilizadas perguntas sobre o que é meio ambiente, qual a importância do Parque, o se o PMAHC trouxe algo de benefícios e/ou de negativo para Vila e também conhecer como a população faz uso dos recursos naturais da área.

Foram entrevistados 29 moradores. As entrevistas privilegiaram pessoas com mais de 18 anos, sem limite superior de idade, na condição de um entrevistado por residência, em que se buscava entrevistar o morador mais antigo. Durante a execução do trabalho, verificou-se que na área da Vila existem 44 casas, das quais, 05 (cinco) encontravam-se desabitadas, 02 (duas) são casas de veraneio e 37 (trinta e sete) de residentes da Vila. No período de entrevistas com os residentes, foram encontradas 06 casas em que nenhum morador se encontrava e houve 02 recusas quanto à realização das entrevistas. As idas a campo foram realizadas de segunda a sexta-feira nos três turnos.

Com relação à Administração do Parque, foram entrevistados 06 (seis) membros do Conselho e o Gestor do PMAHC. As entrevistas com os Conselheiros

foram conduzidas individualmente e nos órgãos de trabalho que cada Conselheiro representa.

A entrevista para Gestão e Conselho foi elaborada com 18 (dezoito) perguntas, visando conhecer o perfil dos gestores, a percepção ambiental dos membros do conselho gestor e Gestão, como também conhecer a situação atual do PMAHC e se há ações desenvolvidas pela Administração para a Vila de Nazaré.

No questionário elaborado foram utilizadas perguntas semelhantes para a Gestão e para Comunidade da Vila com a finalidade de identificarmos as semelhanças e diferenças entre pontos de vista dos dois grupos. Em ordem cronológica a pesquisa de campo teve início com a população residente na Vila, onde foram identificados conflitos entre residentes e a Gestão do Parque, em um segundo momento foram realizadas as entrevistas com os conselheiros e por último com o gestor.

Antes do início de cada entrevista era apresentado os objetivos da pesquisa e solicitado autorização mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A pesquisa qualitativa segundo Albuquerque (2010) aborda o que não pode ser quantificado, interessa-se por aprofundar o conhecimento e estabelecer relações no contexto em que acontecem. Os dados qualitativos e quantitativos não são opostos, eles se completam, compondo aspectos distintos sobre o mesmo fato.

Para a análise dos dados das questões abertas as respostas semelhantes foram agrupadas em categorias e analisadas. Na análise quantitativa foi utilizada a avaliação simples dos dados e porcentagens para verificar a frequência das respostas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Perfil dos Entrevistados

5.1.1 Perfil Socioeconômico dos moradores da Vila de Nazaré

A pesquisa contou com a participação de 29 moradores do PMAHC sendo 48% do sexo feminino e 52% do masculino. Para composição do intervalo da faixa etária (Quadro 2), utilizou-se as categorias do IBGE.

Quadro 2 – Faixa etária dos moradores entrevistados

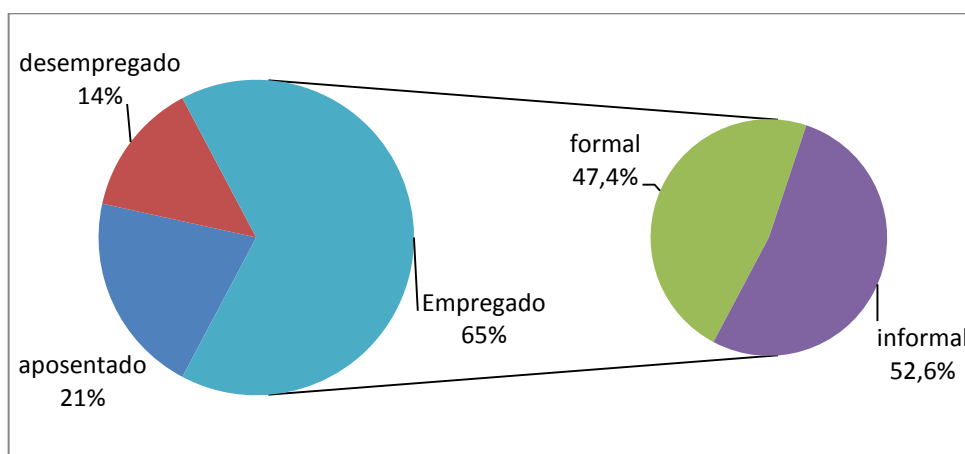
Faixa Etária		Faixa Etária		Faixa Etária	
Intervalos	Porcentagem	Intervalos	Porcentagem	Intervalos	Porcentagem
18 a 22	10%	38 a 42	0%	58 a 62	14%
23 a 27	17%	43 a 47	7%	63 a 67	7%
28 a 32	4%	48 a 52	17%	68 ou mais	7%
33 a 37	7%	53 a 57	10%		

Fonte: A autora (2016).

Aproximadamente metade da população é casada (48%), seguidos pelos solteiros (41%). Viúvos e divorciados representam 7% e 4% respectivamente. A maior parte da população da Vila (55%) é natural do município do Cabo de Santo Agostinho, e destes, 63% são da própria Vila de Nazaré. Quanto ao tempo de residência, 35% residem na Vila a menos de 10 anos, 28% entre 11 e 30 anos, 13% entre 31 e 50 e 24% moram no local há mais de 50 anos.

Em relação ao trabalho, 21% dos moradores da Vila são aposentados e 14% estão desempregados. Do total de residentes do Vilarejo que estão empregados, 52,6% trabalha informalmente e/ou são autônomos, atuando no comércio (bares, camping), serviços gerais (manicure, pintor, pedreiro, garçom) enquanto que 47,4% trabalham em emprego formal (professor, funcionário público, marinheiro, vigilante, motorista, aprendiz de automação, encarregado de produção e de setor) (Figura 14). Estes dados revelam a dificuldade dos moradores da Vila de Nazaré de entrar no mercado formal de trabalho, e de acordo com depoimento de um dos moradores “o porto de Suape não aproveita a mão de obra local, sempre consegui trabalhos fora da cidade, aqui nunca”(Sic).

Figura 14 – Percentual de empregados, desempregados e aposentados entre os entrevistados.

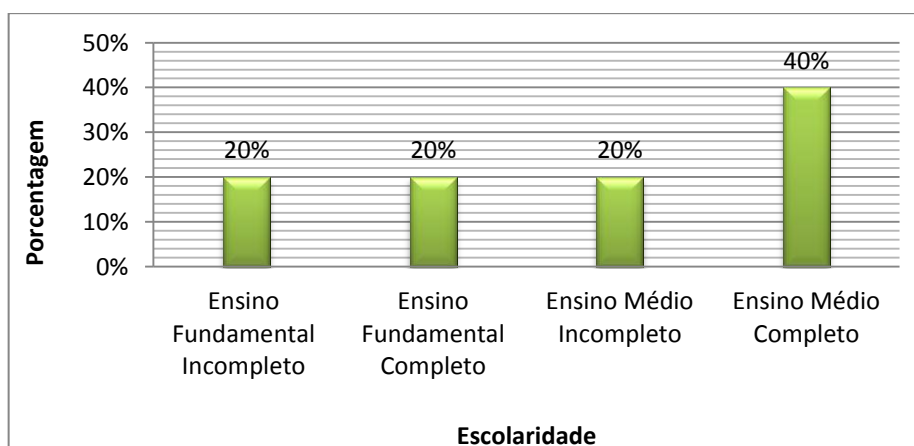


Fonte: A autora (2016).

Referente a escolaridade, 18% possui formação superior e 41% possui educação básica (concluiu o ensino médio). O ensino médio incompleto representa 10%, fundamental incompleto 21% e fundamental completo 10%. Em relação a faixa salarial, 52% recebem até um (01) salário mínimo, 35% entre dois e quatro (2 a 4) salários, 3% tem rendimentos igual ou superior a cinco (05) salários e 10% optaram por não responder.

Entre os trabalhadores do mercado informal, considerando uma totalidade, pode-se observar que 60% não concluíram o ensino médio (Figura 15).

Figura 15 – Escolaridade dos trabalhadores informais que residem na Vila de Nazaré, Cabo de Santo Agostinho.



Fonte: A autora (2016).

A baixa escolaridade e a falta de cursos profissionalizantes podem ser causas da não inserção no mercado formal de trabalho. Para Lermen (2008) a baixa escolaridade e o abandono escolar pode ser justamente a falta de sentido que o estudo tem para os moradores. Verifica-se a necessidade de dar estímulo aos residentes para que percebam que o retorno aos estudos e a realização de cursos os trará conhecimento e possibilidades de inserção no mercado de trabalho formal.

5.1.2 Perfil dos Gestores

A pesquisa contou com a participação de seis conselheiros e o gestor do PMAHC, sendo cinco do sexo masculino e dois do feminino. Na análise foi verificado que todos gestores possuem ensino superior em diversas formações, tais como: Geografia, Biologia, Arquitetura, Design de Interiores, Administração, Estatística, alguns com Especialização e/ou Mestrado.

Quanto a experiência de trabalhos desenvolvidos na área ambiental, constatamos que a maioria dos conselheiros a possuem e representam instituições como a PMCSA, Suape, CPRH, Fundarpe e NAD (gestor do parque). Por outro lado, existem conselheiros que nunca desenvolveram atividades na área ambiental e sua ação no conselho gestor do parque é a única experiência na área ambiental (Funcef e Fidem).

Já em relação ao tempo que participam da Gestão do Parque varia entre um a dez anos, conforme especificado no quadro abaixo:

Quadro 3 – Tempo de participação no Conselho Gestor – PMAHC

Conselheiro / Orgão	Tempo no Conselho
Fidem	10 anos
Fundarpe	9 anos
CPRH	4 anos
Gestor – NAD	4 anos
Prefeitura do Cabo de Sto Agostinho	4 anos
Funcef	2 anos
Complexo Industrial Portuário de Suape- CIPS	1 ano

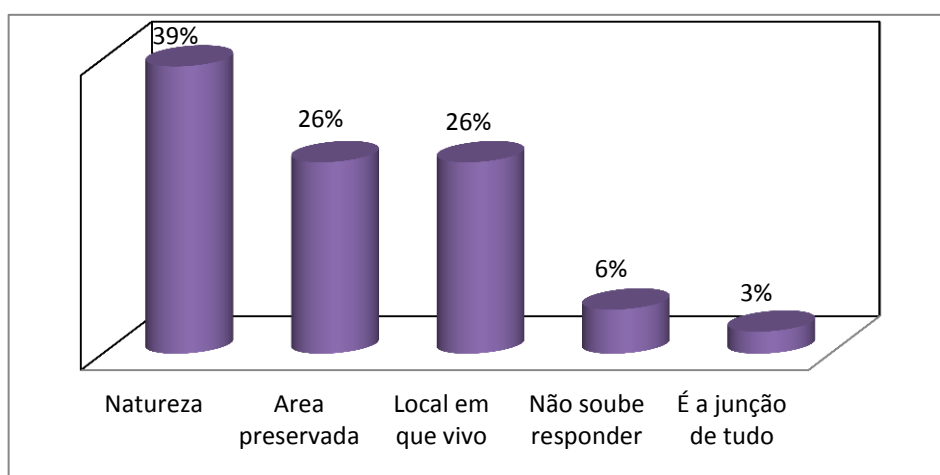
Fonte: A autora (2017).

5.2 Análise da Percepção Ambiental

5.2.1 – Meio Ambiente

Para analisar a percepção ambiental dos moradores a primeira pergunta estava relacionada ao conhecimento do meio ambiente. Para a maioria dos informantes o meio ambiente é a natureza enquanto que uma minoria não soube responder (Figura 16).

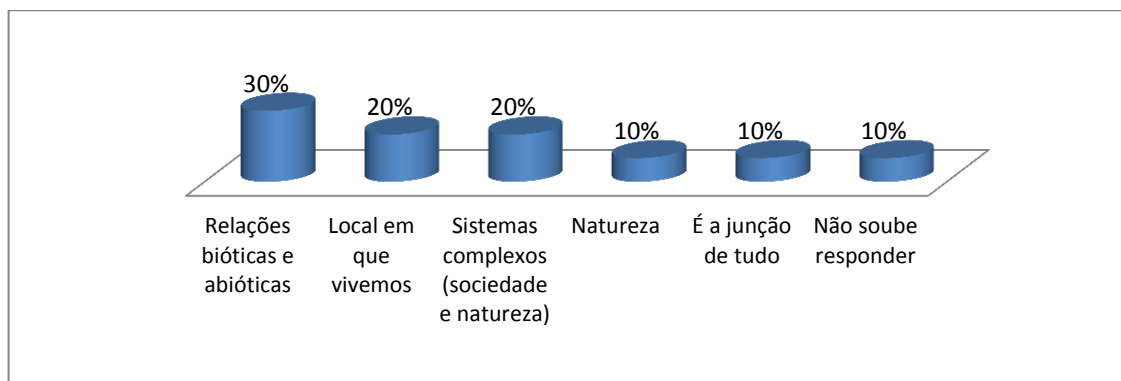
Figura 16 – Significado de Meio Ambiente para os moradores



Fonte: A autora (2016).

A Gestão do Parque também foi questionada sobre Meio Ambiente e foi citado que são as relações bióticas e abióticas; local em que vivemos, seguido de sistemas complexos que envolvem sociedade e natureza e até mesmo apenas a natureza (Figura 17).

Figura 17 – Significado de Meio Ambiente para os Gestores



Fonte: A autora (2017)

Verifica-se então que existem respostas semelhantes sobre o que é Meio Ambiente para comunidade e para gestores porém em frequências diferentes. Os temas relacionados a interações, natureza, preservação e de lugar foram os mais citados.

A utilização destes conceitos genéricos evidencia a falta de conhecimentos específicos sobre o meio ambiente, sua estrutura, composição, organização e, principalmente as relações de interações entre os organismos e destes com os elementos abióticos. Meio ambiente como aquilo que nos cerca ou o local onde vivemos é um amplo conceito utilizado nos dicionários como o Michaelis e o Aurélio. Para a Política Nacional de Meio Ambiente, este é considerado como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem química, física e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, 2001).

Para Carvalho (2011), a percepção de natureza como fenômeno biológico, autônomo, alimenta a ideia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano. Quando se fala em meio ambiente, logo evocam as ideais de natureza, vida biológica, vida selvagem. Tal percepção é reafirmada em programas de TV e documentários.

A autora supracitada sugere “trocar as lentes”, pensar em meio ambiente não como sinônimo de natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e a base física e biológica dos processos vitais. Devemos considerar o meio ambiente como espaço relacional, em que a presença humana apareça como um agente que pertença à teia de relações da vida social, natural e cultural.

5.2.2 Vila de Nazaré – Um reflexo geral

Na Vila existem pequenas atividades de cunho sociocultural, econômico e ambiental desenvolvidas pela própria comunidade, como grupos de dança, estabelecimentos comerciais e plantio de frutíferas de pequeno porte (acerola, sapoti, siriguela). Há propostas de desenvolvimento de atividades, tais quais, desenvolvimento de fontes alternativas de renda, qualificação profissional e beneficiamento primário de frutas. E segundo a Administração, será realizado captação de recursos para realização dessas atividades, mas não há efetivas atividades (social, economico, ambiental) realizadas pela Gestão na localidade. A

Administração do Parque criou três câmaras de trabalho, ambiental, cultural e social com atuação nas áreas correspondentes para que fossem desenvolvidos e executados projetos.

Há uma dificuldade com relação a investimento financeiros que devem ser realizados no PMAHC. Existe um Termo de Ajuste de Conduta –TAC que foi elaborado em 2006 pelo Ministério Público, Curadoria de Meio Ambiente, em que é definido a responsabilidade de cada órgão participante do conselho e designa a FUNCEF como órgão que deverá investir financeiramente no PMAHC por conta da concessão feita com o Complexo Industrial Portuário de Suape - CIPS em que seria cedido uma área para realização de atividades turísticas e construção de um resort e como contrapartida a FUNCEF deveria administrar o Parque e prover recursos. De acordo com o TAC o valor a ser investido anualmente no PMAHC é de R\$ 192.000,00 e conforme informações de um dos entrevistados, esse valor é gasto com pagamento de pessoal do Núcleo de Administração composto por 6 (seis) profissionais e com pequenas manutenções de urgência, sendo assim um valor anual insuficiente para manter o Parque. Assim, existem apenas ações de fiscalização e monitoramento executadas pela Gestão.

Foi cogitada pela Gestão a possibilidade de transformar a área em Unidade de Conservação estadual e com isso receber recursos. Porém verificaram que não há devido enquadramento nas categorias de UC e a área é muito antropizada.

5.2.3 O Parque: pontos positivos e negativos

Aos moradores de Nazaré foi perguntado se a criação do Parque trouxe melhorias para Vila, 69% afirmou que não trouxe melhorias, enquanto 31% dos moradores disseram que houve melhorias, por exemplo, para conservação dos recursos naturais, a vigilância patrimonial faz com que não haja invasões na área da Vila, como há nas outras áreas e traz tranquilidade ao local e declaram também que o Parque atrai visitantes para a área com as belezas naturais e o patrimônio histórico, beneficiando os vendedores.

Segundo depoimento de morador “*o Parque trouxe melhorias pelo fato de ainda conseguir preservar, a vigilância é uma melhoria e o fato do local ser um Parque a Vila não está desordenada como Gaibu*”(Sic)

De acordo com relato de um entrevistado *“a criação do Parque inicialmente teve uma boa proposta para preservação e reflorestamento, porém atualmente não é executada, foi feito um plantio de mudas na área da Vila, iniciou um projeto de uma sementeira no NAD da Vila, porém não houve continuidade”*(Sic).

Entre os moradores que disseram não haver melhoria, relatam que *“A Vila está abandonada, a natureza e o manguezal estão se acabando”* (Sic) e *que é necessário haver uma melhor infraestrutura na Vila que beneficie tanto visitantes quanto moradores.*

Perguntou-se a Gestão se a criação do Parque trouxe melhorias para população da Vila de Nazaré e 58% das repostas foram sim, 28% não e 14% não soube responder.

Dentre os que acham que houve melhorias, afirmam que o Parque trouxe um sentimento de pertencimento da população em relação ao patrimônio histórico e ambiental, promoveu conservação e ordenamento urbano pois se a área não fosse um Parque estaria com muitas residências por conta da expansão do porto de Suape conforme aconteceu em áreas do entorno e há movimentação turística na área que beneficia moradores.

Houve relatos informando que o Parque foi criado, porém não foi devidamente efetivado pois não cumpre com os objetivos estabelecidos pelo projeto Sistema de Parque Metropolitanos sendo este precário por não destinar fontes de recursos necessárias a manutenção e gestão.

Alguns gestores afirmam que o Parque tem enorme potencial a ser explorado porém é necessário resolver primeiro os problemas do interior da área, por exemplo, drogaadição, tráfico de drogas, falta de segurança, falta de sinalização informativa para então se ter uma estrutura de Parque Metropolitano, qualificar moradores e fazer divulgação da área, pois os residentes em sua maioria não sabem quem foi Armando de Holanda e a população do Estado não conhece a área como Parque.

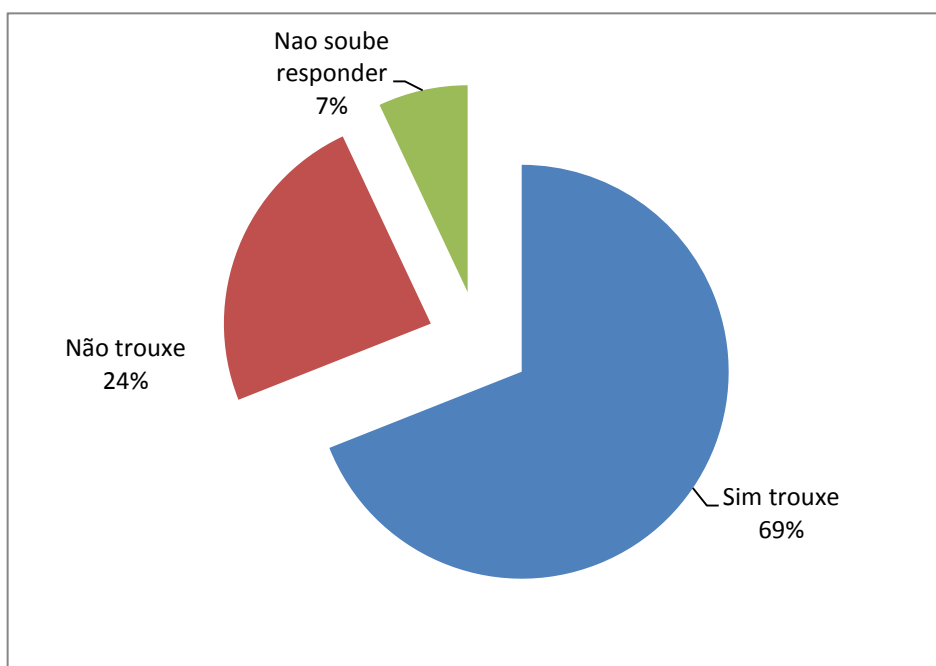
Verifica-se que há diferenças nos resultados das respostas de moradores e Gestores. Os residentes acham em sua maioria que a criação do Parque não trouxe melhorias para Vila, enquanto a maior parte da Gestão afirma que há melhorias.

Essas diferenças provavelmente ocorrem porque os moradores tem a vivência diária no local, muitos estão no Vilarajo desde a criação do Parque que tinha um objetivo proposto e não foi cumprido. A Gestão é ciente dessa situação,

porém acha que há muitas potencialidades no Parque, vendo sua criação como positiva.

Quando os moradores foram perguntados se a criação do PMAHC trouxe algo negativo para Vila de Nazaré (Figura 18), 69% responderam que sim, e a resposta mais citada foi relacionada à falta de diálogo existente entre a Administração do Parque e os moradores e a impossibilidade dos nativos fazerem reformas / construções na área. Os informantes alegam que pessoas em outras áreas do Parque estão construindo loteamentos clandestinos e desmatando áreas, enquanto que os moradores da Vila para construir uma casa para um filho ou mesmo realizarem reformas em suas casas precisam pedir autorização a Administração, que não os trata de “boa forma”. **Os residentes da Vila acreditam que não há problema em construir uma casa ao lado ou aos fundos para um filho ou parente, pois se nasceram ali é lá que devem viver.**

Figura 18 – A criação do Parque trouxe algo negativo para a Vila na visão dos moradores



Fonte: A autora (2016).

Sobre as relações com a Administração do parque os moradores relataram:

“A Administração do Parque está inoperante, se constrói, se destrói, destrói nascentes” (SIC).

“...a repreensão em cima dos nativos é grande, já que para que façam alguma construção ou reforma é necessário solicitar a Administração que nem sempre autoriza, não há respeito nem diálogo, quando a reforma/construção é aprovada, tem alguém encaminhado pela Administração que fica acompanhando a obra e os vigilantes repreendem os nativos de forma constrangedora, também tiram fotos da residência sem autorização para enviar a Gestão do Parque” (SIC).

“Deveria haver mais respeito entre administradores e a população da Vila, pois quando a Administração chegou a Vila já existia” (SIC).

“Antes a minha casa era de taipa, caiu e tive que pedir autorização para construir, eles vieram, fotografaram duas vezes para ver se estavam fazendo do mesmo tamanho de antes e mediram o tamanho também” (SIC).

Segundo Diegues (1998) *apud* Gonçalves, Hoeffel (2012) “As pessoas que vivem nos espaços naturais escolhidos para serem intocáveis são normalmente vistas como uma ameaça constante a essas ilhas de preservação”. As pessoas que se sentiam componente importante dessa “cadeia ambiental, encontrando na natureza a sobrevivência e o sentido de existência, deparam-se forçados, a partir de políticas de conservação, a modificar seus modos de vida” (GUANAES, 2006).

No caso do PMAHC, os residentes não tem autonomia para reformar suas casas, ou transformar de taipa para alvenaria, é necessário que peçam autorização a Administração.

Já quando os gestores foram questionados se a criação do Parque trouxe algo negativo para a Vila de Nazaré a maior parte dos gestores entrevistados (44%), voltam a relatar a questão de que a não efetivação de forma integral da área faz com que não haja clareza jurídica e fundiária que ocasiona o congelamento da dinâmica urbana sustentável. As restrições que existem na Vila se dão por conta do tombamento, a área é tombada pela FUNDARPE, então a ausência de celeridade desse órgão sobre as análises e aprovações também é um ponto negativo. Afirmam ainda que é necessário que o plano de gestão seja executado, hoje as ações que existem no Parque são a vigilância patrimonial e a administração de conflitos.

Enquanto outros gestores (28%) afirmam que a criação do PMAHC não trouxe nada de negativo para Vila. Porém sabe-se que a população gostaria de fazer muitas coisas que são restritas, sendo necessário que a comunidade entenda a importância de conservar uma área protegida. Há um tempo atrás antes da criação do NAD era desenvolvido um trabalho de conscientização por uma consultoria que fazia a gestão da área, mas esse trabalho de conscientização e educação ambiental foi descontinuado com o tempo por falta de recursos.

Ainda sobre a criação do Parque, alguns gestores (28%) optaram por não responder se trouxe ou não algo de negativo para Vila de Nazaré.

Em relação ao parque verifica-se conflitos de interesse entre comunidade e Gestão. Nesse caso, a comunidade informa em sua maioria que a criação do Parque trouxe algo negativo e está relacionado a embargos e a conflitos com a Administração. Enquanto os Gestores tem a visão de que o que há de negativo é a área não ter sido efetivada como Parque. A Gestão tem ciência da opinião dos moradores com relação a Administração e dos conflitos socioambientais existentes no interior do PMAHC e para redução desses seria necessário uma série de medidas, como a efetivação da área como Parque, regularização fundiária, manejo das áreas degradadas e programas voltados para comunidade, mas no momento não há suporte financeiro nem de pessoal para que isso aconteça.

Pode-se afirmar que a discussão sobre as questões ambientais reflete interesses e visões de mundo diferenciado, além de conflitos entre valores, atitudes e percepções. Alguns estudos ambientais se limitam a que através da aplicação da legislação, fiscalização e de tecnologias, os problemas relacionados ao meio ambiente serão resolvidos. Porém, se estas medidas não forem agregadas a uma compreensão das “experiências, sentimentos e expectativas” das populações envolvidas, as ações tornam-se incipientes e impraticáveis a longo prazo. Sendo assim, “devem-se respeitar as experiências e vivências que as pessoas possuem com os lugares em que constroem seu cotidiano, afinidades, memórias, identidades” (FADINI, 2005).

5.2.4 Especulação imobiliária

Quando os residentes foram questionados a respeito das intensas construções realizadas no interior do PMAHC (Figuras 19 e 20) todos os entrevistados afirmaram não estar de acordo pelos seguintes motivos: ocorre processo de ocupação desordenada e especulação imobiliária; agressões ao meio ambiente com desmatamento, erosão, aterramento e poluição e ainda traz desorganização a área.

Sobre a ocupação irregular do Parque pelo excesso de construções, os moradores relatam:

“Não gosto, sou contra, muitos invadem como especulação imobiliária, é errado, invadem, constroem, vendem e a Administração do Parque não faz nada, e nós que somos nativos, não podemos reformar a própria casa, tem que pedir autorização” (SIC).

“Está acabando com a natureza, com o mangue” (SIC).

“O morador nativo não pode construir / reformar e vem invasores e constroem. Em certos locais invasores impedem a passagem de nativos no taborda, em que acontecem coisas erradas” (SIC).

“É errado, traz desmatamento, a especulação imobiliária é grande” (SIC).

“Horível. A área é de Patrimônio histórico e tem que ser preservada. As construções a serem realizadas devem ser apenas para melhoria do povo” (SIC).

“É errado, se não tiver cuidado vai virar favela, as invasões são desordenadas” (SIC).

“Acho muito errado. Muita construção. Não concordo. Há agressão ao meio ambiente, desmatando e aterrando” (SIC).

“Para que nós moradores possamos realizar alguma reforma ou construção é necessário ir até a Administração do Parque no Porto de Suape, e informar como quer que seja feita, eles vem e fazem a vistoria na casa, nem sempre eles autorizam, se autorizam ficam fiscalizando, e se o morador fizer sem autorização a Administração vem e derruba o que foi feito. Já essas invasões acontecem normalmente à noite ou fim de semana quando não há fiscalização e rápido constroem, e nada é feito, sabemos que alguns invasores usam a violência, andam armados, e então a vigilância e a Administração nada fazem” (SIC).

Figura 19 – Construções irregulares no percurso da trilha na área interna do Parque



Fonte: A autora (2016)

Figura 20 – Construção irregular, casa duplex, no interior do Parque, dentro dos limites da área florestada



Fonte: A autora (2016).

Sobre essas ocupações irregulares que ocorrem no Parque a Gestão afirma que existem ações de fiscalização realizadas pelo NAD durante o dia e de segunda a sexta-feira. Porém eles informam que seria necessário maior efetivo de vigilantes, existem apenas 04 (quatro) para toda área do Parque, e extensão do horário de fiscalização, para que fosse 24hrs e todos os dias. Também são realizadas ações

de fiscalização quinzenalmente com o Cipoma, PM, Prefeitura do Cabo, Complexo de Suape e NAD.

De acordo com o NAD existe um estudo realizado em 2011 que informava que na área do Parque havia 481 edificações no total, o cadastro não foi atualizado no decorrer dos anos e atualmente, segundo informações de conselheiros, não seria possível realizar a atualização corretamente pois há áreas no Parque que só se consegue entrar com a ajuda da polícia.

Como medida de conservação foi realizado um processo de cercamento (Figura 21) de uma área do Parque e os acessos internos serão mantidos. A cerca é um limite visual de uma área com muitas ocupações para uma área pouco habitada. O referido processo se deu visando a conservação de uma área para que as ações de conservação pudessem ser mais efetivadas. É pretendido realizar a recuperação da área que está degradada por conta de desmatamentos que também ocasionaram processos erosivos.

Figura 21 – Área total do PMAHC (traçado verde) e cercamento como medida de conservação de áreas do pontal do Parque (traçado vermelho).



Fonte: Suape (2016)

O processo de cercamento foi iniciado com uma demanda do Ministério Público de Pernambuco, com a finalidade de conter invasões e recuperar a área em que há erosões. Antes de ser realizado o cercamento da área houve consulta a

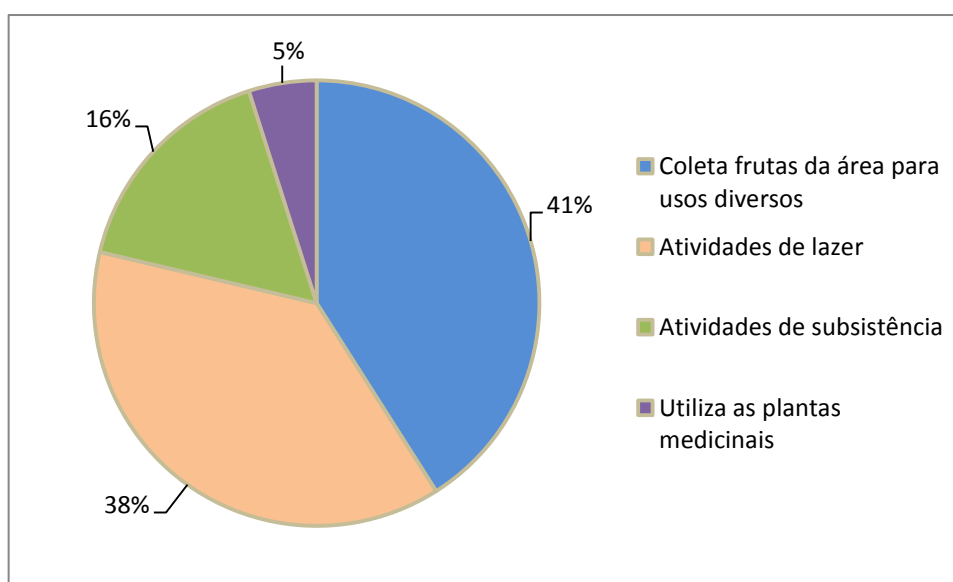
população, os comunitários foram chamados a uma reunião e análise da proposta, estudo em mapa e votação.

Foram realizadas visitas *in loco* para verificar a área do cercamento, conversou-se com as pessoas que possuem residências no limite da cerca, então foram feitas adaptações no projeto inicial para que ficasse de acordo com a demanda de comunitários.

5.2.5 A utilização dos recursos naturais

Sobre a utilização dos recursos naturais disponíveis no PMAHC (Figura 22), 79% dos entrevistados afirmaram o uso do que é disponível. Deste total, 41% fazem uso direto, com coleta de frutas para usos diversos, como para fazerem doces, licores e sucos para uso próprio ou para venda, já 38% dos moradores afirmam realizarem atividades de lazer, em que citaram a realização de trilhas, banho de mar, idas a bica do ferrugem e a pedra do suspiro da baleia. A atividade de subsistência foi citada por 16% dos entrevistados, em que estão incluídas as práticas agrícolas e pesca. Pessoas que utilizam plantas com fins medicinais representaram 5%.

Figura 22 – Utilização dos recursos naturais disponíveis no Parque



Fonte: A autora (2017)

Um entrevistado informou que no passado pessoas da Vila vendiam frutas, doces e licores de frutas que coletavam no Parque e que atualmente as pessoas não encontram frutas para vender. Apenas um morador que possui um quiosque vende licores artesanais, porém as frutas para a produção da bebida não é coletada na área e sim adquirida no mercado, justificando que a quantidade existente no Parque é insuficiente para produção.

Já outra residente diz que hoje há pouca disponibilidade de árvores frutíferas, *“as mangueiras estão morrendo, há pouco cajueiro, jaca e coqueiro. Não há coleta de frutas”*(SIC).

Mesmo assim, verifica-se que a maior parte dos entrevistados se utiliza de coleta de frutas, porém com a degradação ambiental por meio antrópico que ocorre no PMAHC atualmente não existem recursos disponíveis suficientes por conta da exploração da área.

Os gestores foram questionados se era realizado algum controle ou orientação à população para utilização de recursos naturais e a maioria (71%) diz que não há realização de nenhum dos dois tipos. Entretanto, um Administrador citou que são feitas orientações de uso do solo para comunitários que possuem pequenas plantações e outro gestor informou que existe uma Coordenadoria de Educação Ambiental no complexo de Suape que realizam palestras para moradores do Parque e que não há muitos problemas de uso incorreto da área pelos nativos e posseiros e sim com invasores especuladores de terreno, pois estes desmatam e vendem lotes.

Percebe-se que existem conflitos de informações entre as respostas dos Gestores, mas entende-se que se há orientações passadas a comunidades elas não são cumpridas, pois há constantes ações de supressão da vegetação por ação antrópica, a vigilância e fiscalização ocorrem em pequena escala, não conseguindo diminuir essas ocorrências.

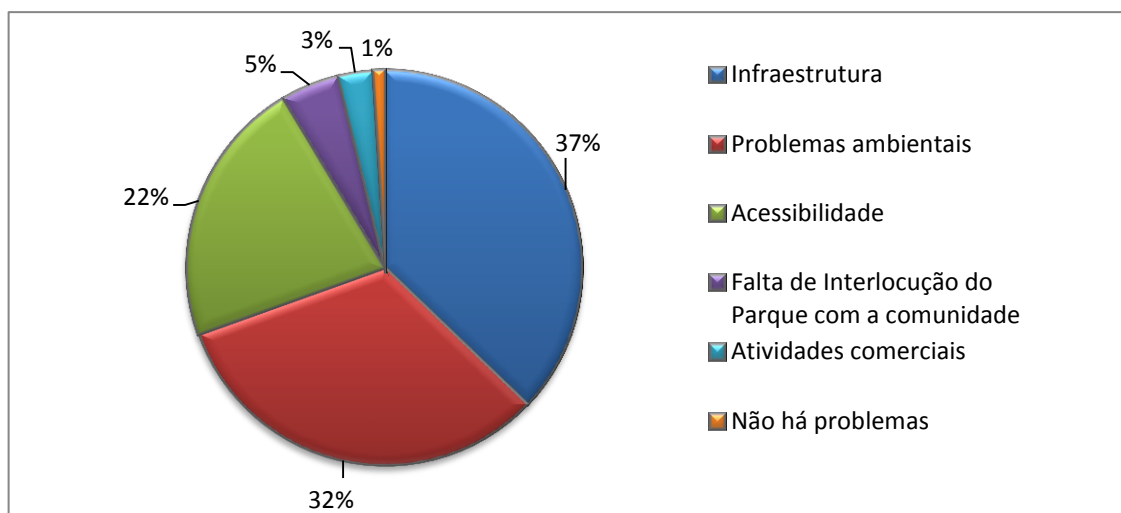
Os recursos naturais são importantes e essenciais à manutenção da vida humana, integram a natureza como um todo, na qual também está inserido o ser humano e, atualmente, há indícios de que as questões ambientais passam a ter maior importância no entendimento que temos sobre bem-estar e qualidade de vida. As áreas protegidas contribuem para a manutenção da biodiversidade e para a manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, por isso, devem ser preservadas (FONTANA, 2004).

5.2.6 Problemas socioambientais na Vila

Infraestrutura

Questionados a respeito de problemas encontrados na Vila de Nazaré a infraestrutura ficou com 37% das respostas (Figura 23), em que foram relacionados os itens de falta de atendimento de saúde, segurança, abastecimento de água, iluminação pública, serviço de correios, implantação de lixeiras e coleta de lixo. O único ponto para deposição de lixo residencial é uma caçamba estacionária (Figura 24) da prefeitura municipal do Cabo. Os entrevistados reclamaram ainda da falta de patrulhamento policial no período noturno e nos finais de semana. A única ronda diária é a vigilância patrimonial. Moradores relatam também a dificuldade de acesso aos serviços de saúde.

Figura 23-Problemas socioambientais encontrados na Vila segundo moradores



Fonte: A autora (2017)

Figura 24 – Caçamba Estacionária para coleta de lixo residencial na Vila



Fonte: A autora (2016).

Problemas ambientais

Os problemas citados foram: poluição sonora, queimadas, desmatamento, ausência de saneamento (maior parte das casas utiliza fossa negra), falta de capinação no pátio da Vila, acúmulo de lixo, erosão do solo (Figura 25), doenças nas mangueiras (*Mangifera indica*) (Figura 26), acidentes com animais, falta de cuidado com o patrimônio natural e histórico, falta de consciência ambiental e de reflorestamento.

Destaca-se um comentário realizado a respeito desse item em que foi citado *“a falta de consciência ambiental dos moradores e visitantes, pois os moradores não tem consciência de que é uma área de preservação e realizam queimadas, desmatam e os visitantes não respeitam a natureza, deixam lixo na área e utilizam o som dos carros em nível alto”* (SIC).

Outro morador relata a falta de cuidado com o patrimônio natural e histórico, envolvendo os problemas ambientais e o descuido com os bens tombados, pois na visão dele é necessário realizar obras de restauração.

Figura 25 – Área em processo de erosão nas proximidades do Farol de Nazaré



Fonte: A autora (2016).

Figura 26 – Área com mangueiras (*Mangifera indica*) mortas, atacadas pela doença conhecida como mal-do-recife



Fonte: A autora (2016).

Acessibilidade

Com relação à acessibilidade, são citados a falta de reparo nas estradas de acesso ao Vilarejo e o reduzido número de viagens do transporte público para a área, já que existe apenas uma linha de ônibus que acessa à Vila e em alguns horários restritos.

Interlocução com o Parque

A falta de interlocução do Parque com a comunidade foi apontada como principal problema da Gestão, pois os moradores afirmam que é necessário uma melhor administração do Parque, com atuação junto a associação de moradores para oferta de cursos e uma biblioteca para a comunidade.

Alguns informantes (3%) acham necessário atividades comerciais na área do Parque, o que se justifica pela dificuldade de transporte e acesso ao comércio mais próximo.

Em relação a problemas ambientais apontados, Lermen *apud* Sommer(1998), observa que “estudos sobre problemas ambientais provam, de maneira bastante clara, que a falha não está na falta de informação ou no desconhecimento dos

problemas, mas na sensação de ação individual ou coletiva até eles”. Sugere-se que a população não reconhece como parte de si o meio ambiente em que está inserido, não se apropriando e, conseqüentemente, não se responsabilizando pelos espaços públicos (LERMEN, 2008).

Já Santos (2016) afirma que a pessoa que cresce participando de decisões de sua sociedade provavelmente compreenderá o significado de cidadania. Desenvolver o senso crítico é uma forma de opinar e argumentar a respeito do modelo de desenvolvimento vigente, sem ele o ser humano torna-se passivo mediante os acontecimentos ao seu redor.

5.2.7 Problemas socioambientais no Parque

Para a Gestão do Parque, os principais problemas da área (Figura 27) são as questões ambientais com 27% das respostas. Dentre estas foram citados erosão, assoreamento, desmatamento e plantação de espécies exóticas.

A ocupação desordenada e irregular (27%) se refere aos problemas de invasões diárias por população de extratos variados de renda para uso residencial ou especulação, posse de terra indevida e venda de lotes por grileiros. A Falta de segurança (19%) foi informada pelos gestores relacionada a criminalidade, ações relacionadas a roubo, tráfico, vandalismo e violência.

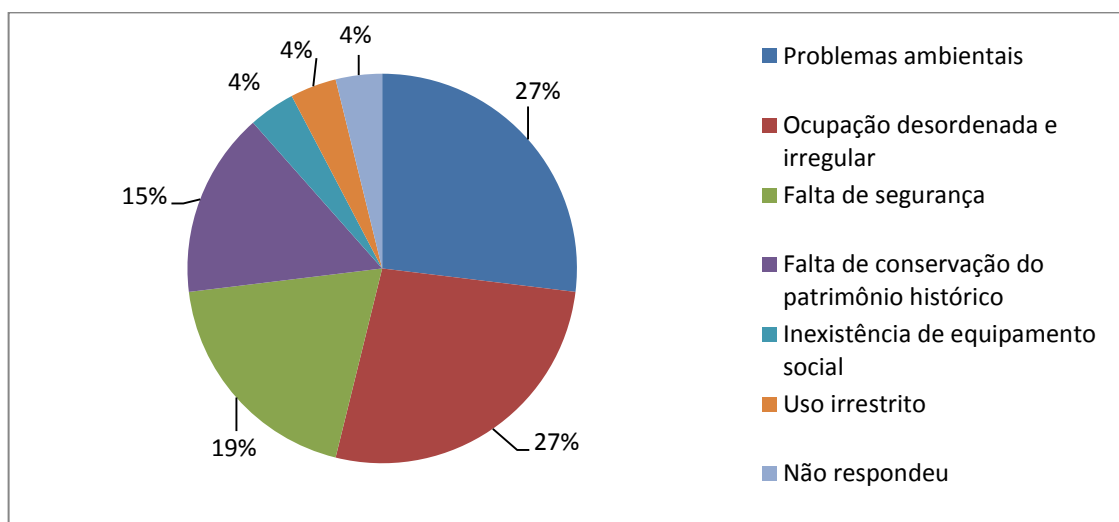
A falta de conservação do Patrimônio Histórico (15%), pois, mesmo sendo uma área tombada pela FUNDARPE há um descaso com relação a conservação dos monumentos que se encontram na área do Parque. Faz-se necessário ações de restauro e manutenção pois algumas construções apresentam desgaste avançado, em um outro não se recomenda chegar próximo por conta do risco desmoronamento e também ocorrem pisações aos imóveis históricos.

A inexistência de equipamento social (4%) no que se refere a falta de um Centro de Referência da Assistência Social - CRAS, Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, Estratégia de Saúde da Família – ESF e Centros de convivências. A Gestão solicitou a implantação de equipamentos no Parque, porém o órgão responsável afirmou que estaria com recursos escassos para criação dos centros e ESF.

O uso irrestrito da área (4%) ocorre pela não efetivação do Parque. A falta de aplicação do plano de gestão faz com que não haja clareza sobre que pode ou não

pode ser feito pela população na área, potencializando degradações ambientais ao patrimônio natural e construído. E por fim, 4% dos entrevistados optou por não responder a pergunta. Dentre as categorias analisadas entre moradores e Gestão há apenas uma resposta em comum, os problemas ambientais que ocorrem no Parque.

Figura 27 – Problemas socioambientais no PMAHC relatados pela Gestão.

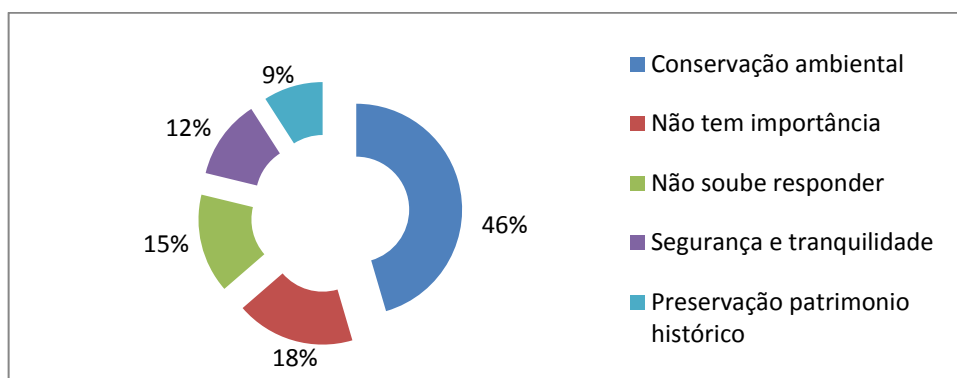


Fonte: A autora (2017)

5.2.8 A importância do Parque na visão dos moradores

Sobre a importância do Parque, para 46% está relacionada à conservação ambiental, em que foram citadas a importância por haver árvores, natureza, um espaço para preservação e conservação (Figura 28).

Figura 28 – A importância do Parque para os moradores da Vila



Fonte: A autora (2017)

Alguns residentes afirmam que o *“Parque tem uma boa proposta de preservação dos recursos, porém não é tão bem executada por conta das invasões e especulação imobiliária que ocorrem na área”*

Dentre os entrevistados que citaram que o Parque não tem importância, foi alegado que não há participação da comunidade na Gestão e não há inter-relação entre o conselho gestor e os moradores da Vila.

Para aqueles que se referiram ao Parque como importante porque é uma área de preservação do patrimônio histórico, destacamos uma das falas: *“a partir do momento em que houve bens tombados, a presença de vigilância patrimonial na área da Vila o lugar não será transformado, relacionado ao desenvolvimento que na verdade destrói, destrói o local. Gaibu e Suape eram como a Vila, e como a Vila tem o patrimônio tombado a destruição que chegou em Gaibu e Suape não chegou aqui”*(SIC).

Considera-se que “o principal objetivo das áreas protegidas é a manutenção de locais para a preservação de habitats e de espécies” (MORSELLO, 2001). Estas áreas são de relevante interesse no que diz respeito aos recursos naturais, principalmente em termos de habitat e diversidade genética e de espécies que possibilitam, também, a manutenção das populações humanas no planeta e a possibilidade de promover uma boa qualidade de vida para elas (FONTANA, 2004).

Estabelecer áreas protegidas permite, também, a preservação *in situ* da biodiversidade e a acumulação de capital ambiental para o futuro e contribui diretamente para a manutenção de um meio ambiente equilibrado e saudável, ao proporcionar uma rede de serviços ambientais para a sociedade (BRASIL, 2001).

Um dos objetivos específicos do Sistema de Parques Metropolitanos é dotar áreas de lazer da RMR dos equipamentos que facilitem a elevação do nível cultural e a integração da comunidade metropolitana, assim como a ampliação das oportunidades de contato da população da RMR com a Natureza (PERNAMBUCO, 1987).

Sendo assim, se verifica nas respostas dos entrevistados que eles sabem da importância de uma área protegida, ao ser citado em maior porcentagem que o PMAHC é importante para conservação dos recursos.

5.2.9 Interlocução com a Gestão

O PMAHC é uma área em que há conflitos entre moradores e gestores. A população afirma abertamente que está insatisfeita com a forma que a Administração atua. Sendo assim verificamos com a Gestão quais seriam as principais dificuldades para se gerir o Parque, as respostas foram as mais diversas, dentre elas:

Um gestor afirma que a dificuldade para gerir o Parque seria a que os entes envolvidos devem assumir suas responsabilidades, devem fazer o que é de sua competência. Uns falam que não tem recurso ou não tem equipe para assumir. Por exemplo, essa demanda de invasões é de responsabilidade do município, é Controle Urbano. CIPS não tem poder de polícia já prefeitura tem, pode notificar e interditar.

Uma Gestora cita que a principal dificuldade é a de operacionalização de projetos, é preciso dar melhor estrutura ao NAD para realizar a Administração, investir em captação e gestão de recursos.

Foi afirmado ainda que a Administração deve ser descentralizada de CIPS. Pois o gestor diz que o Parque é uma área com grande riqueza e não pode ficar a mercê de uma instituição burocrática como SUAPE, cuja função precípua não o respalda para tal finalidade. A União e Estado possuem órgãos voltados para finalidade, cuidar de parques e florestas, e assim, porque não assumem suas responsabilidades?

Falta de segurança também é apontado pela Gestão como uma dificuldade para gerir, pois causa o aumento das invasões. Foi apontado também que a falta de regulamentação fundiária é um problema para Gestão. A maioria das pessoas não tem a posse da terra o que favorece um clima de tensão nos moradores, que acham que a qualquer momento podem ser expulsos do lugar. A falta de conhecimento e apropriação da área enquanto Patrimônio Cultural e Ambiental por parte da comunidade e visitantes foi citado como dificuldade por alguns Gestores.

Enquanto outros dois Conselheiros preferiram enumerar diversos problemas para gerir a área, tais quais:

Ausência de infraestrutura mínima para implantação efetiva do Parque Metropolitano; deficiência no controle/monitoramento do acesso e uso dos visitantes, potencializando os riscos de alteração nas condições de conservação ambiental e

patrimonial; deficiência das ações continuadas de manutenção, conservação preventiva e restauro dos monumentos históricos e remanescentes arqueológicos do Parque deficiência das ações de educação ambiental e patrimonial.

Ausência de clareza das competências entre os entes do Conselho; contrato de gestão/cessão para Funcef tem pequeno potencial de investimento, já que o dinheiro investido vai maior parte para pagamento de pessoal; ausência de uma política de investimento para Parques Metropolitanos; forte pressão de migração/ocupações irregulares de população que se destinou ao Complexo Industrial Portuário de Suape- CIPS e populações abastadas que ocuparam as áreas como segunda residência ao longo das últimas três décadas.

Quanto a Gestão, o parque possui um conselho deliberativo e fiscalizador que auxilia o gestor na tomada de decisão e acompanhamento das ações. Porém, segundo relato do Gestor, esse “gerenciamento ocorre de forma bastante prejudicada, pois não existe força de vontade política para a consecução das ações necessárias”.

Sabe - se que são necessárias várias ações englobando a Gestão Ambiental para a concretização de um Parque, respeitando seus objetivos, diretrizes e metas. A Gestão de Parques deve considerar a realidade local visando à proteção a diversidade biológica e sociocultural (GONÇALVES; HOEFFEL, 2012).

No decorrer da realização do trabalho foram identificadas diferentes visões entre o grupo de gestores em relação a medidas de conservação do Parque. Alguns informam que são a favor de que a população não nativa residente no interior do Parque seja removida para outro local já que é uma área protegida e tombada pela Fundarpe. Outros gestores informam que será necessário realizar uma regularização fundiária na área o que reduziria os conflitos e assim trazer os residentes para se tornarem agentes ambientais em conservação.

Existe um calendário de 06 reuniões ordinárias entre os conselheiros, nessas reuniões é assegurada a participação da comunidade e se necessário são realizadas reuniões extraordinárias.

Os representantes comunitários funcionam como instância de articulação das demandas da comunidade, já a pauta da reunião é determinada pela Presidência e Vice-Presidência do Conselho.

Assim, frente ao exposto no presente trabalho, verifica-se que o estabelecimento de áreas legalmente protegidas através da legislação e da aquisição de terras representa uma medida importante, porém por si só, não asseguram a preservação. Para Primack; Rodrigues (2001), o objetivo de uma área de proteção deve ser apresentado à população local e se estes aceitam e respeitam então é possível que consiga manter os recursos da área. Entretanto, se a comunidade discordar da criação e do objetivo as dificuldades de manutenção da preservação serão maiores.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as informações levantadas no presente estudo pode-se afirmar que a criação do PMAHC se deu visando a mitigação dos impactos ambientais negativos que seriam gerados pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, em contrapartida para conservação dos elementos naturais, histórico - culturais e sociais da cidade, entretanto as guaritas de segurança encontram-se deterioradas, a área do Parque é alvo de ocupações, queimadas e desmatamentos devido a falta de fiscalização e vigilância eficazes.

No decorrer da realização do trabalho foram identificadas diferentes visões entre o grupo de gestores em relação a medidas de conservação do Parque. Alguns informam que são a favor de que a população não nativa residente no interior do Parque seja removida para outro local já que é uma área protegida e tombada pela FUNDARPE. Outros gestores informam que será necessário realizar uma regularização fundiária na área o que reduziria os conflitos e assim trazer os residentes para se tornarem agentes ambientais em conservação.

Os resultados da pesquisa demonstram que existem conflitos relacionados a falta de diálogo entre Administração do Parque e a comunidade, ficando evidente a necessidade de aproximação da Gestão com a população.

As ações da Gestão são em sua maioria limitadas ao controle (de invasões, queimadas, desmatamentos) que é seletivo, atuando apenas na área da Vila e deixando todo o resto do parque sem um controle efetivo. As atitudes tomadas na vertical (de cima para baixo). E enquanto a Gestão visa o controle, os moradores possuem laços afetivos e de identidade com o lugar onde moram e algumas famílias já estão ali há algumas gerações.

Os residentes possuem afeto pelo Parque e sabem que a sua conservação é importante, porém mediante a situação conflituosa que há na área entre moradores e gestores, os que lá vivem já não se veem como agentes de mudanças para melhorias.

Para solução dos conflitos a área deve ser efetivada como Parque Metropolitano de acordo com o projeto Sistema de Parques, realizar a regulamentação fundiária e por em prática o plano de gestão considerando a realidade socioambiental do lugar.

A administração deve ser compartilhada com moradores e órgãos envolvidos direta ou indiretamente com desenvolvimento local. Os residentes devem fazer parte da execução do plano, se tornando agentes ambientais no processo de conservação da área, contribuindo com monitoramento, recuperação e fiscalização. Isso faz com que as pessoas se envolvam, tenham um maior sentimento de pertencimento ao local e assim passem a cuidar e respeitar.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Unidades de Conservação**, (2015). Disponível em : <http://www.cprh.pe.gov.br/Unidades_de_Conservacao/descriçao_das_unidades/41788%3B48981%3B5001%3B0%3B0.asp>. Acesso em 15/12/2015.

AGÊNCIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CPRH). **Diagnóstico Socioambiental do Litoral Sul** (2015).Disponível em <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/17_NucleosUrbanos.pdf>. Acesso em: 20/11/2015.

ALBUQUERQUE, U; LUCENA, R.; CUNHA L. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. Recife: NUPPEA, 2010

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: FGV, 2006

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na amazônia brasileira**. Brasília: MMA/SBF, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Áreas protegidas** (2015). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/criacao-ucs>> . Acesso em: 20/12/2015.

_____. **Plano de ação para cidades históricas**: Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, [s.n.], 2010.

_____. **Constituição Federal** (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15/11/2015.

_____. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza** (SNUC). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 15/01/2016.

_____. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981. **Política Nacional do Meio Ambiente** (PNMA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 15/01/2016.

_____. **Patrimônio histórico** (2016). Disponível em < http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/turismo_cultural.html >. Acesso em 15/01/2016.

CABO DE SANTO AGOSTINHO. **Guia informativo**. Secretaria de Planejamento do Cabo de Santo Agostinho, [s.n.] 2001.

_____. **Plano Diretor do Cabo**. Secretaria de Planejamento do Cabo de Santo Agostinho, [s.n.] 2006.

_____. **Dados gerais municipais** (2015). Disponível em < <http://www.cabo.pe.gov.br/index.php/nossa-cidade/>>. Acesso em: 20/11/2015.

CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTI, Maria José Marques. **Parques Metropolitanos – gestão e proteção de áreas especiais**. Dissertação de Mestrado. CAC, UFPE, 2005.

COIMBRA, J. A. Linguagem e Percepção Ambiental. In: **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri: Manole, 2004.

DEL RIO, V.& OLIVEIRA, L. de. **Percepção ambiental: a experiência brasileira**. 2^a ed., São Carlos: Nobel, 1999.

DIEGUES, Antônio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ESCOREL, Sarah. **Exclusão social e saúde**: saúde em debate. n. 43, jun 1994.

FERREIRA, Luiz Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo B. **Educação ambiental em estudos do meio**: a experiência do Bioma Educação Ambiental. In: SERRANO, C. (Org.). *A educação pelas pedras*. São Paulo: Chronos, 2000.

FADINI, Almerinda A. B. **Sustentabilidade e identidade local**: pauta para um planejamento ambiental participativo em sub-bacias hidrográficas da região bragantina. Tese de Doutorado. Rio Claro: UNESP, 2005.

FONTANA, Alessandra. **Ao redor da natureza**: investigando a percepção ambiental dos moradores do entorno da estação biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa – ES. Dissertação de Mestrado, CFCH, UFRJ, 2004.

FUNDAJ. **Museu do pescador** (2016). Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2828:11-de-junho-de-2013&catid=57:fundaj-nos-jornais&Itemid=177>. Acesso em : 08/01/2016.

FUNDARPE. **Vila de Nazaré** (2016). Disponível em: < http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio13_nazare.html >. Acesso em: 08/01/2016.

GEERDINK, Stefanie; NEIMAN, Zysman. A educação ambiental pelo turismo. In: NEIMAN, Zysman; RABINOVICCI, Andrea. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2010.

GONÇALVES, Nayra; HOFFEL João. Percepção ambiental sobre unidades de conservação: os conflitos em torno do parque estadual de Itapetinga – SP . **Revista VITAS – Visões Transdisciplinares sobre Ambiente e Sociedade –Nº 3, junho de 2012**.

GUANAES, Senilde A. **Meu Quintal não é Parque!** Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, IFCH, UNICAMP, 2006.

IBGE. **Cabo de Santo Agostinho** (2018). Disponível em < <http://www.cidades.ibge.gov.br> > . Acesso em: 23/05/2018.

LOUREIRO, C..F.B.; AZAZIEL, M; FRANCA, N. **Educação Ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003

LERMEN, Helena. **Percepção ambiental dos moradores da Vila Parque Santa Anita - Porto Alegre**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFRGS, 2008.

MAGALHÃES, Hercília; *et al* . **Participação da sociedade civil na gestão de unidades de conservação e seus efeitos na melhoria da qualidade ambiental da região Sudeste do Estado do Mato Grosso do Sul**. Maringá, [s.n.] 2010.

MELLO, Ulysses Pernambucano. Plano diretor para preservação, valorização e reativação da área do Cabo de Santo Agostinho. **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**. Recife, 1981.

MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas: Seleção e Manejo**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001.

PALMA, Ivone Rodrigues. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental**. [s.n.] 2005.

PERNAMBUCO. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM). **Sistema de Parques Metropolitanos**, [s.n.] 1987.

_____. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM). **Plano Estratégico do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti**. [s.n.] 2000.

_____. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM). **Parques Metropolitanos**, [s.n.] 2002.

_____. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM). **Metrópole Estratégica**, [s.n.] 2005.

_____. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (FIDEM). **Plano de Gestão Proposta Inicial de Zoneamento**, [s.n.] 2013.

_____. Lei nº 13.787, de 08 de junho de 2009. **Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza (SEUC)**. Publicada no DOE de 09.06.09.

_____. Lei nº 14.324, de 3 de junho de 2011. **Reservas Ecológicas da Região Metropolitana do Recife**. Disponível em: < <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=150687> >. Acesso em 24/01/2016

PILOTTO, J. **Áreas verdes para a qualidade do ambiente de trabalho: Uma Questão Eco-ergonômica**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 1997.

PRIMACK, Richard B.; RODRIGUES, Efraim. **Biologia da Conservação**. Londrina: Efraim Rodrigues, 2001.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação**. Rio de Janeiro: Planta, 2001.

RINNERT, C.H. **Avaliação das preferências paisagísticas relacionadas a florística da restinga de taquaras (Balneário Camboriú)**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Fundação Universidade Blumenau, 2001.

ROCHA, Danielle. **A dialética do local e do global: os atores e a metamorfose dos lugares no litoral do Cabo de Sto. Agostinho – Pernambuco**. Dissertação de Mestrado, UFPE, 2000.

RODRIGUES, Maria de Lourdes Neves Baptista. **Cabo de Santo Agostinho** (2016). Disponível em: <<http://engenhosdepernambuco.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 07/09/2016.

SANTOS, Aristides Faria Lopes. **Educação Ambiental: desenvolvendo o senso crítico** (2016). Disponível em: < <http://www.apoema.com.br/EA-Desenvolvendo%20o%20Senso%20Critico-Aristides.pdf>>. Acesso em 10/02/2016.

SUAPE. **Complexo Industrial Portuário de Suape** (2016). Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/home/index.php#>>. Acesso em: 20/10/2016.

TUAN, Yi- Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel, 1980

VIANA, Antônio Fernando. **Vila de Nazaré do Cabo de Sto. Agostinho: Um olhar sobre o passado**. Recife: Nova Presença, 2003.

VOZES DA CLASSE MÉDIA (2016). Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17711#ixzz2qWEOnLSh>> Acesso em: 15/01/2016.

ZIMMERMANN, A. C. **Atividades físicas de aventura na natureza: elementos teóricos-práticos dessas atividades na Ilha de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2001.

WIKIMAPIA. **Mapas do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti** (2015). Disponível em < www.wikimapia.org >. Acesso em 15/12/2015.

APÊNDICE A – Entrevista Realizada com Moradores da Vila de Nazaré

1. Nome do Entrevistado:
2. Sexo: Feminino () / Masculino ()
3. Idade: (Faixa Etária) 18 a 25 () 34 a 41 () 50 a 57 () 66 a 73 () 26 a 33 () 42 a 49 () 58 a 65 () + de 74 ()
4. Estado Civil:
5. Naturalidade:
6. Possui Emprego: Sim () / Não () / Aposentado () Informal: () Função em que trabalha: Formal: () Carteira assinada () Contrato de trabalho () Funcionário Público () Função em que trabalha:
7. Faixa salarial: 0 a 1 salário mínimo () 2 a 4 salários mínimos () 5 ou mais ()
8. Quantas pessoas residem na casa? (obs.: Contando com o entrevistado)
9. Há quanto tempo mora na Vila de Nazaré?
10. Quais os principais problemas encontrados na Vila de Nazaré?

11. A criação do PMAHC trouxe melhorias para Vila de Nazaré?
12. Qual a importância do Parque para você?
13. A criação do PMAHC trouxe algo negativo para Vila de Nazaré?
14. O que é meio ambiente para você?
15. Você utiliza dos recursos naturais disponíveis no Parque para algo?
16. O que você acha sobre as novas construções realizadas na área do PMAHC?

APÊNDICE B – Entrevista Realizada com Gestores do Parque

1. Nome:
2. Formação:
3. Há quanto tempo faz parte do Conselho do Parque?
4. Possui experiência (trabalho) na área ambiental (Exceto Conselho PMAHC)? Se sim, quais?
5. Qual o “seu” conceito de Meio Ambiente?
6. Sobre a Vila de Nazaré, existe algum tipo de atividade de cunho social/econômico/ambiental que é desenvolvido no local (direcionada aos moradores)? Se sim, quais?
7. A criação do PMAHC trouxe melhorias para população da Vila de Nazaré? Se sim, quais?
8. Quais as principais dificuldades para gerir o PMAHC?
9. Qual o papel do conselho?
10. Quais os principais problemas encontrados dentro do PMAHC?
11. Como se deu o processo de cercamento? Houve participação da população do interior no processo?? 11.1 E como ficarão as trilhas e os acessos a área do interior da cerca?
12. Já foi cogitada a opção de tentar transformar o Parque em UC??
13. A criação do PMAHC trouxe algo negativo para população da Vila de Nazaré? Se sim, o que?

<p>14. Qual sua opinião sobre as novas construções que surgem a cada dia dentro da área do Parque?</p> <p>14.1 Quais atitudes estão sendo tomadas para evitar/minimizar essas ocorrências?</p>
<p>15. Quantas são essas construções e como está o processo de retirada?</p>
<p>16. Como é realizado as fiscalizações e monitoramento na área do Parque (qual a rotina de fiscalização)?</p>
<p>17. De onde vem os recursos para a Administração e manutenção do Parque? Como é feita a aplicação?</p>
<p>18. Existe algum controle de como a população do interior do Parque pode utilizar os recursos naturais? Ou alguma orientação de como devem proceder para gerenciamento dos recursos?</p>

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Comunidade

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa “Percepção Ambiental da Comunidade da Vila de Nazaré Localizada no Interior do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti”, sob responsabilidade da pesquisadora Ana Raquel Oliveira Fernandes, que tem por objetivo avaliar a percepção ambiental do moradores da Vila de Nazaré em relação ao Parque.

Para a realização deste trabalho será utilizado o método de entrevistas. Após a conclusão da pesquisa, este material será destruído, não restando nada que venha a comprometer-lo agora ou futuramente. A pesquisa não tem cunho financeiro.

A metodologia utilizada em nossos estudos não apresenta nenhum risco físico ou biológico aos participantes, exceto o desconforto com nossa presença e ou nossas perguntas. Nos casos de incômodos e ou constrangimento pedimos comunicar ao pesquisador para que sejam tomadas as devidas providências.

O senhor(a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si; a garantia de privacidade à sua identidade e do sigilo de suas informações. Nos casos de dúvidas e esclarecimentos procurar a pesquisadora Ana Raquel Oliveira Fernandes, através do telefone: 8743-8301

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Local:

Data: ____/____/____

Assinatura do Sujeito (ou responsável)

Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Gestão

Convidamos V.Sa. a participar da pesquisa que abordará a temática da “Percepção Ambiental” relacionada ao Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti: gestão e comunidade local, sob responsabilidade da pesquisadora Ana Raquel Oliveira Fernandes.

Para a realização deste trabalho será utilizado o método de entrevistas. Após a conclusão da pesquisa, este material será destruído, não restando nada que venha a comprometê-lo agora ou futuramente. A pesquisa não tem cunho financeiro.

A metodologia utilizada em nossos estudos não apresenta nenhum risco físico ou biológico aos participantes, exceto o desconforto com nossa presença e ou nossas perguntas. Nos casos de incômodos e ou constrangimento pedimos comunicar ao pesquisador para que sejam tomadas as devidas providências.

O senhor(a) terá os seguintes direitos: a garantia de esclarecimento e resposta a qualquer pergunta; a liberdade de abandonar a pesquisa a qualquer momento sem prejuízo para si e a garantia de privacidade à sua identidade. Nos casos de dúvidas e esclarecimentos procurar a pesquisadora Ana Raquel Oliveira Fernandes, através do email: raqueloliveira26@hotmail.com

Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____, após ter recebido todos os esclarecimentos e ciente dos meus direitos, concordo em participar desta pesquisa, bem como autorizo a divulgação e a publicação de toda informação por mim transmitida em publicações e eventos de caráter científico. Desta forma, assino este termo, juntamente com o pesquisador, em duas vias de igual teor, ficando uma via sob meu poder e outra em poder do pesquisador.

Local:

Data: ____/____/____

Assinatura do Sujeito (ou responsável)

Assinatura do Pesquisador

ANEXO A – Decreto de Criação do Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

Quarta-feira, 07

DIÁRIO OFICIAL

Fevereiro de 1979 05

- 25 - Televisão de campanha e seus componentes.
- 26 - Material para construção de linhas em campanha e seus componentes.
- 27 - Painel de computação de campanha e seus componentes.
- 28 - Centro telefônico, teletipo de operações, de mensagens, de escuta e de radiomonitória de campanha e seus componentes.
- 29 - Conjunto para integração rádio-fio em campanha e seus componentes.
- 30 - Equipamentos cinematográfico e de microfilmagem, de campanha e seus componentes.
- 31 - Equipamentos de comunicações por emissões luminosas e seus componentes.
- 32 - Equipamentos específicos para transmissão de dados em campanha e seus componentes.
- 33 - Material eletrônico de armamento de guerra e seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 34 - Material eletrônico para meteorologia em campanha e seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 35 - Equipamento eletrônico para alarme, vigilância e proteção em campanha e seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 36 - Equipamentos, seus componentes e acessórios, utilizados em estações terrestres de radiolocalização e estações de medição magnética de navios. Incluem-se neste item as respectivas peças sobressalentes e instrumental de manutenção.

B. MATERIAL MILITAR DE FOTOCOMUNICAÇÃO

- 1 - Viatura militar, dotada de tração nas 2, 4, ou 6 rodas, iluminação militar, seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 2 - Carro blindado e carro de combate, terrestre ou anfíbio, sobre rodas ou sobre trilhas, com ou sem armamento, seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 3 - Trator, tipo militar, de baixa e alta velocidade, sobre rodas ou sobre trilhas, destinado às Unidades de Engenharia ou de Artilharia, para obras ou para rebocar equipamentos pesados, seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 4 - Reboque, de características militares.
- 5 - Ferramenta para manutenção de viaturas militares.
- 6 - Motocicleta tipo militar.

C. MATERIAL MILITAR DE ARMAMENTO, MUNIÇÃO, CONTROLE E DIREÇÃO DE TIRO E DE CONSERVAÇÃO

- 1 - Armamento de guerra, de diversos tipos e calibres, seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 2 - Munição, de diversos tipos e calibres, incluindo bombas, granadas, foguetes, rojões, mísseis, torpedos e minas, e seus componentes.
- 3 - Agentes químicos e biológicos de emprego militar.
- 4 - Pirotécnicos de emprego militar.
- 5 - Lançador de foguetes, rojões, mísseis e pirotécnicos.
- 6 - Explosivos, propelentes e cranel e dispositivos de explosão destinados à fabricação de munição.
- 7 - Instrumento ótico e seus componentes, de emprego militar.
- 8 - Rocal para lançamento de granadas.
- 9 - Equipamentos de Direção e Controle de Tiro e seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.
- 10 - Armas, equipamentos de Guerra Química, seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.

D. MATERIAL MILITAR DE ENGENHARIA E DE MEIOS FLUTUANTES

- 1 - Equipamento elétrico e de iluminação elétrica, de campanha.
- 2 - Equipamento para camuflagem e disfarce em campanha.
- 3 - Portada de apoio à infantaria e seus componentes.
- 4 - Equipagem de pontes e seus componentes.
- 5 - Passadeira para infantaria e seus componentes.
- 6 - Esteira para operação de desembarque militar.
- 7 - Pontão flutuante para operações de desembarque.
- 8 - Bote de reconhecimento utilizado em campanha.
- 9 - Lancha, tipo militar, para patrulhamento ou transporte.
- 10 - Equipamento de análise e purificação de água, para uso em campanha.
- 11 - Aparelhagem e instrumentos de detecção de minas, gases e radioatividade, usados pelas Forças Armadas.
- 12 - Produtos industrializados incorporados aos meios flutuantes de emprego militar, em sua construção ou reparação e que foram aplicados nos sistemas de armas, de casco e estrutura,

- elétrico e de propulsão, exceto estrutura e chapas de aço.
- 13 - Equipamentos e máquinas, seus componentes e acessórios, peças e sobressalentes e instrumental de manutenção, utilizados em navios, submarinos e embarcações, de emprego militar.

- 14 - Equipamentos, seus componentes e acessórios, destinados à defesa de portos, de instalações terrestres da orla marítima ou de plataformas de exploração. Incluem-se neste item as respectivas peças sobressalentes e instrumental de manutenção.

- 15 - Equipamentos portáteis de mergulho de combate, seus componentes, acessórios, peças e sobressalentes.

E. MATERIAL MILITAR DE INTENDÊNCIA

- 1 - Fodão de campanha.
- 2 - Equipamento para banho, lavanderia e friporificação, de campanha.
- 3 - Uniforme de campanha.
- 4 - Componentes de conjuntos de estacionamento de campanha.
- 5 - Para-quadras, seus componentes, peças e acessórios.
- 6 - Rações operacionais.
- 7 - "Shelter", barraca, cama e seus componentes, revestimento e encerado, de campanha.

DECRETO Nº 5554 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1979

EMENTA: Cria o Parque Metropolitano de Santo Agostinho.

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 69 da Constituição Estadual,

Considerando a decisão do Governo do Estado de assegurar a preservação ecológica e cultural da área onde está sendo implantado o Complexo Industrial-Portuário de Suape;

Considerando o empenho de dotar a Região Metropolitana do Recife de parques destinados a garantir o exercício do lazer e do espírito associativo por parte da população metropolitana;

Considerando o propósito de promover a restauração e conservação dos monumentos históricos existentes no Cabo de Santo Agostinho,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no município do Cabo, o Parque Metropolitano de Santo Agostinho, integrante do Complexo Industrial-Portuário de SUAPE.

Art. 2º - O Parque abrangerá a área compreendida na Propriedade Nazaré, situada no Cabo de Santo Agostinho, Município do Cabo.

Art. 3º - O Parque será administrado pelo Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco - CONDEPE, através do Programa Ecológico e Cultural do Complexo Industrial-Portuário de Suape.

Art. 4º - Para atender às despesas com a administração do Parque, a Secretaria dos Transportes, Energia e Comunicações transferirá para o Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco-CONDEPE, mediante convênio, no exercício de 1979, a importância de Cr\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzeiros).



06 Quarta-feira, 07

DIÁRIO OFICIAL

Fevereiro de 1979

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 06 de fevereiro de 1979

JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI

Leir Otávio de Melo Cavalcanti

Leir Siqueira

DECRETO Nº 5555 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1979

EMENTA: Abre crédito suplementar

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 69 da Constituição Estadual, tendo em vista o disposto no artigo 80 da Lei nº 7.809, de 07 de dezembro de 1978,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto à SECRETARIA DA FAZENDA, em favor da Unidade Orçamentária abaixo discriminada, o crédito suplementar de Cr\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de cruzeiros), destinado ao reforço da seguinte dotação:

RECURSOS DO TESOURO EM Cr\$ 1,00

1.00 - SECRETARIA DA FAZENDA	
1708 - Procuradoria Geral da Fazenda	
1708.02040142.197 - Encargos com desapropriações de interesse do Estado	
4.2.1.0 - Aquisição de Imóveis	50.000.000
TOTAL	50.000.000

Art. 2º - Os recursos necessários ao atendimento da despesa de que trata o artigo anterior são os provenientes da anulação, em igual importância, da dotação a seguir discriminada:

RECURSOS DO TESOURO EM Cr\$ 1,00

2400 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES, ENERGIA E COMUNICAÇÕES	
2401 - Gabinete do Secretário	
2401.09510341.034 - Participação no capital social da Cia. de Eletricidade de Pernambuco - CELPE	
4.2.6.0 - Constituição ou aumento de Capital de Empresas Comerciais ou Financeiras	50.000.000
TOTAL	50.000.000

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 06 de fevereiro de 1979

JOSÉ FRANCISCO DE MOURA CAVALCANTI

Gustavo Kense Gonçalves Sobrinho

Leir Siqueira

Leir Otávio de Melo Cavalcanti

DECRETO Nº 5556 DE 06 DE FEVEREIRO DE 1979

EMENTA: Abre créditos adicionais ao orçamento da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 69 da Constituição Estadual, tendo em vista o que dispõem o artigo 107 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e o artigo 187 da Lei Estadual nº 7.741, de 02 de outubro de 1978,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto ao orçamento da Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM, para o exercício financeiro de 1979, os seguintes créditos adicionais:

I - Crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.617.237,00 (seis milhões, seiscentos e dezessete mil, duzentos e trinta e sete cruzeiros), destinado ao reforço das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

RECURSOS DO TESOURO EM Cr\$ 1,00

4500 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISONADAS	
4505 - Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM	
4505.03090591.592 - Programa de Valorização do Litoral do Estado	
4.1.3.0 - Investimentos em Regime de Execução Especial	3.717.574
4505.03092172.532 - Capacitação de recursos humanos	
3.1.1.1 - Pessoal Civil	505.192
3.1.1.3 - Obrigações Patronais	100.615
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	66.000
TOTAL	4.389.381

DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO
À CONTA DE RECURSOS VINCULADOS

Projeto: 4505.03090591.592	
01 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados	3.717.574
TOTAL	3.717.574

RECURSOS DE OUTRAS FONTES EM Cr\$ 1,00

4500 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISONADAS	
4505 - Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM	
4505.03090402.576 - Elaboração e execução de planos de desenvolvimento municipal	
3.1.1.1 - Pessoal Civil	686.191
3.1.1.3 - Obrigações Patronais	198.200
3.1.2.0 - Material de Consumo	102.377
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais	313.139
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	420.000
3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores	59.785
4505.03092172.532 - Capacitação de recursos humanos	
3.1.1.1 - Pessoal Civil	173.092
3.1.1.3 - Obrigações Patronais	65.000
3.1.2.0 - Material de Consumo	66.373
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais	60.771
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos	71.623
3.1.9.2 - Despesas de Exercícios Anteriores	11.305
TOTAL	2.227.856

II - Crédito especial no valor de Cr\$ 1.729.790,00 (um milhão, setecentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa cruzeiros), destinado à elaboração do Projeto do Parque Histórico Estadual das Tabocas, no Município de Vitória de Santo Antão e à execução de um projeto de captação e armazenamento de água de chuva no Setor de Pernambuco, conforme o seguinte demonstrativo:

RECURSOS DO TESOURO EM Cr\$ 1,00

4500 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISONADAS	
4505 - Fundação de Desenvolvimento Municipal do Interior de Pernambuco - FIAM	
4505.03090432.530 - Assistência técnica aos municípios	
4.1.3.0 - Investimentos em Regime de Execução Especial	97.490
TOTAL	97.490

DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO
À CONTA DE RECURSOS VINCULADOS

Atividade: 4505.03090432.530



ANEXO B – Edital de Tombamento – Publicado no D.O. 14/04/1983

EDITAL DE TOMBAMENTO

Governo do Estado de Pernambuco
 Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes
 Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco — FUNDARPE
 CGC/MF Nº 08.032.567/0001-51
 EDITAL
 A Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco — FUNDARPE, torna público que o Sr. Secretário

Quinta-feira, 14

de Turismo, Cultura e Esportes deferiu a proposta de tombamento do Cabo de Santo Agostinho, no município do Cabo, neste Estado, com o seguinte polígono de tombamento, constituindo área "non aedificandi":

Partindo de um marco de concreto encravado no local denominado Pontal de Suape, próximo às ruínas do Forte Dusen, marco 1, com inscrição "Jofra 1", coordenadas UTM 9.074.835.775 N e 284.252.148 E, segue em linha reta com o azimuth verdadeiro de 355° 21' 10,9" e um rumo de 4° 33' 49,1" NO, com uma distância de 1.937,367 m, até atingir o ponto de coordenadas 9.076.767.00 N e 284.098.000 E, situado na interseção da estrada que liga a PE - 60 ao povoado de Suape, à propriedade de Nazareth ou Cabo de Santo Agostinho e à propriedade Suape; daí segue pela divisa entre o Cabo de Santo Agostinho e a propriedade de Tiriri, até encontrar a divisa da propriedade Gaibu Praia, onde inflete por ela para leste, até o encontro com o litoral, por onde segue pelas praias de Santo Agostinho e Suape, até encontrar o marco 1, com a inscrição "Jofra 1", onde começou.

Com o deferimento do pedido, fica o referido Sítio Histórico do Cabo de Santo Agostinho, incluso no polígono de tombamento, sujeito ao mesmo regime de bens tombados, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombo competente, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980.

Recife(PE),

Gilberto Marques Paulo
 Diretor Presidente